



OTIMIZAR RECURSOS
GERAR EFICIÊNCIA



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

Relatório de monitorização trimestral de energia, água e resíduos

4.º Trimestre de 2017

Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio

Elaborado por:

Grupo de trabalho do PEBC & Eco.AP

23 de abril de 2018



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE

WWW.ACSS.MIN-SAUDE.PT

Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	5
2. INTRODUÇÃO	7
3. ENQUADRAMENTO	8
4. METODOLOGIA	9
5. INFORMAÇÃO RECEBIDA	11
5.1. REPORTE DE IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS.....	12
5.2. REPORTE DE CONSUMOS E CUSTOS.....	15
6. MONITORIZAÇÃO DE MEDIDAS.....	18
6.1. UNIDADES HOSPITALARES	18
6.2. AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE.....	19
6.3. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E PERIFÉRICA.....	20
7. MONITORIZAÇÃO TRIMESTRAL DE CONSUMOS E CUSTOS.....	22
7.1. UNIDADES HOSPITALARES	22
7.1.1. Consumo de Energia Elétrica	22
7.1.2. Consumo de Gás.....	27
7.1.3. Consumo de Água.....	31
7.1.4. Produção de Resíduos.....	35
7.2. AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE.....	39
7.2.1. Consumo de Energia Elétrica	39
7.2.2. Consumo de Gás.....	44
7.2.3. Consumo de Água.....	48
7.2.4. Produção de Resíduos.....	52
7.3. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E PERIFÉRICA.....	56
7.3.1. Consumo de Energia Elétrica	56
7.3.2. Consumo de Gás.....	58
7.3.3. Consumo de Água.....	59
7.3.4. Produção de Resíduos.....	60
8. AFERIMENTO DO CUMPRIMENTO DE METAS	61
8.1. AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DE CONSUMO	63

8.1.1. Unidades Hospitalares.....	63
8.1.2. Agrupamentos de Centros de Saúde	65
8.1.3. Administração Central e Periférica	67
8.2. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS GRANDEZAS FÍSICAS VS RESPETIVOS CUSTOS.....	69
9. CONCLUSÕES	72

1. Sumário Executivo

A Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS), procede à monitorização de consumos e custos com energia, água e produção de resíduos de todas as entidades do Ministério da Saúde (MS), desde 2011. O relatório, agora apresentado, refere-se ao quarto trimestre (4.ºT) de 2017 e enquadra-se no Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, de Sua Excelência, o Secretário de Estado da Saúde (SES) que, entre outros aspetos, determina a elaboração do Relatório de Monitorização Trimestral (RMT), a concluir até ao final do 90.º dia útil após o final de cada trimestre.

O RMT, recorde-se, contém os consumos e custos com energia elétrica, gás, água e produção de resíduos de entidades públicas do setor da saúde, bem como a monitorização relativa à implementação de medidas constantes no Guia de Boas Práticas para o Setor da Saúde, com vista ao fomento da eficiência energética, da eficiência hídrica e à redução da produção de resíduos. Este relatório inclui a informação organizada por tipologia das entidades públicas do setor da saúde, nomeadamente Unidades Hospitalares, Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) e Administração Central e Periférica (ACP). Na monitorização de consumos e custos respeitante às Unidades Hospitalares e Agrupamentos de Centros de Saúde, aglutinou-se a informação por Região de Saúde, resultando em cinco grupos: grupo I (Região de Saúde do Norte), grupo II (Região de Saúde do Centro), grupo III (Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo), grupo IV (Região de Saúde do Alentejo) e grupo V (Região de Saúde do Algarve).

Após a taxa de reporte de 79% registada no trimestre transato, referente ao consumo de *utilities* e produção de resíduos, a mesma assinalou um acréscimo de 4% traduzindo-se, assim, numa taxa de reporte de 83%, que se configura num recorde absoluto desde o início da elaboração destes relatórios.

Devido ao não cumprimento, por parte de algumas entidades, dos prazos estabelecidos pelo Despacho n.º 4128/2017 para reporte da informação necessária à elaboração do RMT neste trimestre e, no que respeita a períodos anteriores, conforme discriminado no capítulo 5 deste relatório, não é possível realizar uma análise de consumo de eletricidade e água para todas as entidades. Assim, as conclusões do RMT relativo ao 4.º T de 2017 não incidem sobre o universo global das entidades do Ministério da Saúde.

No entanto, dada esta situação e o esforço dedicado por alguns dos Gestores Locais de Energia e Carbono (GLEC) no reporte de informação relativa ao trimestre em análise, foi decidido incluir uma breve análise comparativa entre o 4.º T de 2017 e o período homólogo de 2016.

Como indica o ponto 4 do Despacho n.º 4128/2017, durante o ano de 2017, deve continuar a ser utilizado para o reporte dos dados trimestrais o “Portal do PEBC & Eco.AP do Ministério da Saúde”. A utilização desta plataforma visa aumentar o nível de fiabilidade, a consistência da informação e a tornar o processo de reporte mais célere. Todas as entidades subordinadas funcionalmente às Administrações Regionais de Saúde, IP (ARS), bem como todas as entidades da Administração Central e Periférica do MS, reportaram os seus dados utilizando, exclusivamente, o portal do PEBC & Eco.AP, tal como estipulado no despacho SES.

Verifica-se ainda, no reporte de dados relativos ao consumo de água, gás e produção de resíduos, a existência de alguns valores incongruentes, que podem ter sido reportados incorretamente ou não submetidos na totalidade ou, ainda, serem resultado de alguma alteração ao paradigma de consumo que não nos foi reportada.

O Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE), entidade recém-incorporada na esfera do Ministério da Saúde, apenas iniciou neste trimestre o seu processo de reporte, via Portal do PEBC & Eco.AP. Deste modo, a partir deste relatório, o universo total de entidades da esfera do MS que integra o PEBC & Eco.AP subiu para as 120 entidades.

2. Introdução

O presente relatório refere-se à monitorização trimestral relativa ao 4.ºT de 2017, da implementação de medidas constantes do Guia de Boas Práticas para o Setor da Saúde ou de outras do mesmo âmbito, assim como dos consumos de energia elétrica, gás, água e de produção de resíduos de todas as entidades do MS, conforme definido no Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, de Sua Excelência, o Secretário de Estado da Saúde.

3. Enquadramento

Ao nível do MS, a definição da estratégia de implementação do Plano Estratégico do Baixo Carbono (PEBC) e do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP) está a ser coordenada pela ACSS em articulação com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), tendo por base a legislação europeia e nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro, Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril), assim como orientações estabelecidas em despachos de Suas Excelências, os Secretários de Estado da Saúde (Despacho n.º 1729/2011, de 21 de janeiro, Despacho n.º 8662/2012, de 21 de junho, Despacho n.º 4860/2013, de 9 de abril, Despacho n.º 8264/2014, de 18 de junho, Despacho n.º 6749/2015, de 16 de junho, Despacho n.º 6064/2016, de 6 de maio e Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio).

Os principais objetivos da implementação do PEBC & Eco.AP, no setor da saúde, são o aumento da eficiência nos consumos de energia, água e na produção de resíduos dos edifícios do setor público da saúde e a redução das emissões de gases com efeito de estufa, através de medidas que resultem simultaneamente em benefícios económicos e na melhoria da prestação de serviço.

O Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, define a monitorização trimestral da implementação das medidas constantes do Guia de Boas Práticas para o Sector da Saúde, ou de outras do mesmo âmbito, assim como dos consumos e dos custos com energia elétrica, gás, água e produção de resíduos para todas as entidades do MS, impondo as seguintes metas de redução para 2017, relativamente ao exercício de 2011:

- Consumos de eletricidade e gás: -20%;
- Consumos com água: -14%;
- Produção de resíduos: -14%.

Dada a recém incorporação da ADSE na esfera do Ministério da Saúde, foi necessário impor metas específicas para esta entidade, para o ano de 2017, relativamente a 2011. Deste modo, e tal como veiculado no ponto 3 do Despacho n.º 4128/2017, a ADSE deverá alcançar as seguintes metas, para 2017, relativamente ao ano de referência de 2011:

- Consumos de energia elétrica e gás: -7%;
- Consumos com água: -5%;
- Produção de resíduos: -5%.

4. Metodologia

No processo de monitorização trimestral, os Gestores Locais de Energia e Carbono (GLEC) de todas as entidades do MS enviam para a ACSS, via portal do PEBC & Eco.AP, a informação relacionada com os consumos e custos com energia, água e produção de resíduos do trimestre em causa, assim como as medidas implementadas.

Eventuais alterações construtivas nas edificações, que se traduzam numa modificação de paradigma de consumos de energia elétrica, gás, água ou da produção de resíduos desde a data do referencial da *baseline* (2011 ou 2012), devem ser comunicadas respeitando o mecanismo de transmissão de dados em toda a cadeia de GLEC, até ao nível funcional da ACSS, sendo cada situação analisada individualmente, com vista à eventual repercussão dessa situação nas observações realizadas nas diferentes tabelas apresentadas nos RMT.

A informação recebida pela ACSS é, no caso das unidades do SNS, previamente validada e submetida pelos respetivos GLEC das regiões de saúde e, no caso das restantes entidades da Administração Central e Periférica do MS, remetida diretamente para o GLEC da ACSS.

A informação recebida é agregada pela ACSS numa única base de dados e posteriormente processada, por forma a possibilitar a produção da informação de monitorização trimestral.

A análise realizada em todas as tabelas do capítulo 7 é equivalente, independentemente do tipo de entidade, seja unidade hospitalar, agrupamento de centros de saúde ou outra entidade do MS. Esta monitorização trimestral permite realizar o balanço dos valores totais deste ano, relativamente aos anos de referência 2011 (consumo de energia elétrica e água) e 2012 (consumo de gás e produção de resíduos), e ao 4.º T de 2016 (trimestre homólogo do ano transato).

Esta discrepância, no que toca ao ano de referência, surgiu devido a problemas no reporte da informação em 2011. Relativamente ao consumo de gás, o reporte dos dados era feito usando uma unidade diferente (m³) da solicitada pela equipa do PEBC & Eco.AP (kWh). Dada a complexidade da conversão entre estas duas unidades, decidiu-se tomar como referência os valores de consumo de gás de 2012, valores esses já em kWh. Quanto à produção de resíduos, existiu uma ausência total de reporte no ano de 2011 para este parâmetro em análise, pelo que o ano de referência teve, obrigatoriamente, de ser 2012. Já no que concerne ao consumo de energia elétrica e água, não existiu qualquer constrangimento no reporte da informação para 2011, permitindo-se, assim, aferir quanto ao cumprimento das metas preconizadas no Despacho SES. Ressalve-se, contudo, que estas limitações verificadas no reporte da informação relativa ao consumo de gás e à produção de resíduos não se verificaram nas entidades da Administração Central e Periférica, pelo que aí é

possível aferir quanto ao cumprimento das metas do Despacho SES, para o consumo de todas as *utilities* e produção de resíduos.

O consumo acumulado face a 2011 (energia elétrica e água) e os valores acumulados face a 2012 (consumo de gás e produção de resíduos) são calculados tendo em conta o consumo/produção de todos os trimestres do ano de 2017. Pretende-se, com esta análise, aferir quanto ao cumprimento das metas definidas no despacho SES para 2017, usando-se o sistema de semáforos. No entanto, não estando disponível a informação do consumo/produção de 2011 ou do trimestre decorrido de 2017, não é possível realizar esta análise. Esse facto é assinalado nas tabelas referentes aos consumos e custos com “a)”. Essa informação será, contudo, e caso seja entretanto submetida, contemplada no *ranking* relativo ao ano de 2017, que incidirá sobre as entidades hospitalares e, também, no Portal do SNS, no perfil das entidades onde, a pedido do Gabinete de Sua Excelência, o Ministro da Saúde, serão disponibilizados os dados do ano em causa, no que concerne ao consumo das *utilities* (energia elétrica, gás e água) e à produção de resíduos.

Uma vez que os consumos de energia elétrica, gás e água dependem, fortemente, das condições climatéricas do trimestre em causa (a envolvente climatérica condiciona sobremaneira o regime de funcionamento dos sistemas e equipamentos de AVAC, sendo estes responsáveis por cerca de 60% a 70% do consumo de energia elétrica numa moderna unidade hospitalar), faz-se uma comparação entre o 4.º T de 2017 e o 4.º T de 2016. Deste modo, sempre que não seja possível aferir o cumprimento das metas para 2017, é possível comparar o consumo/produção trimestral com o período homólogo no ano anterior, o que permite ter uma noção se existe uma evolução positiva ou negativa dos consumos ou da produção de resíduos.

Importa referir que no PEBC & Eco.AP, em primeira instância, e fazendo jus aos objetivos deste Programa, são alvo de controlo relativamente às metas preconizadas nos despachos SES, o consumo de energia elétrica, gás, água e a produção de resíduos, que traduzem na íntegra a evolução da eficiência energética, hídrica e na produção de resíduos nas entidades do MS. Um controlo da eficiente utilização de recursos que se baseasse exclusivamente no acompanhamento dos custos com *utilities* e produção de resíduos, revelar-se-ia deficitário, e não totalmente consentâneo com os objetivos do PEBC & Eco.AP no MS, dado as variações nas componentes fixas do tarifário e/ou alterações no enquadramento tributário (IVA e outros parâmetros de tributação fiscal) desvirtuarem a tradução fidedigna da realidade das entidades do MS, no que toca à eficiência energética, hídrica e de mitigação da produção de resíduos.

5. Informação Recebida

O processo de monitorização trimestral propõe-se a acompanhar a implementação de medidas de eficiência energética, hídrica e de redução da produção de resíduos, bem como os consumos e custos com energia, água e produção de resíduos de 120 entidades do MS, das quais 54 pertencem aos Cuidados de Saúde Primários, 50 aos Cuidados Hospitalares e 16 à Administração Central e Periférica.

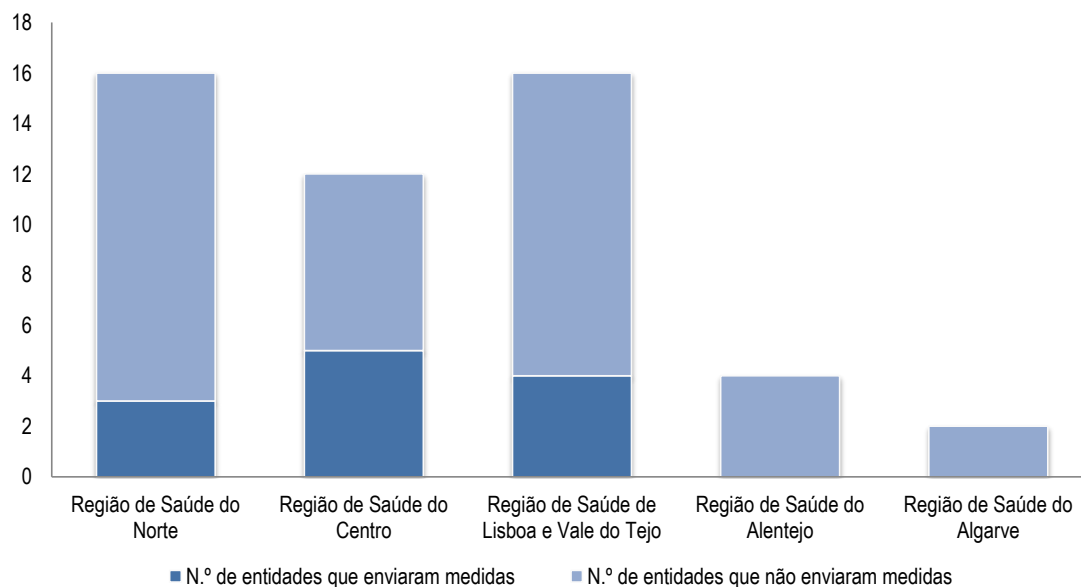
Neste período, os principais problemas sentidos pela equipa de trabalho do PEBC & Eco.AP da ACSS foram os seguintes:

- O prazo limite de submissão da informação à ACSS não foi, em alguns casos, cumprido;
- De um modo geral, todas as Administrações Regionais de Saúde não submeteram os dados relativos a todas as suas entidades;
- A ausência de reporte nos anos de referência, bem como alguns valores desatualizados (por ex. agregação *a posteriori* de várias unidades hospitalares numa só entidade) condicionam o processo de monitorização trimestral;
- Existem dados que, dada a sensibilidade técnica, se conjectura não estarem corretos, apesar de estarem validados e submetidos pelo GLEC da respetiva entidade e, no caso das unidades de saúde, também pelo GLEC da respetiva região de saúde. No entanto, alguns casos poderão ser resultado de mudança de paradigma de consumo que não nos foi reportada.

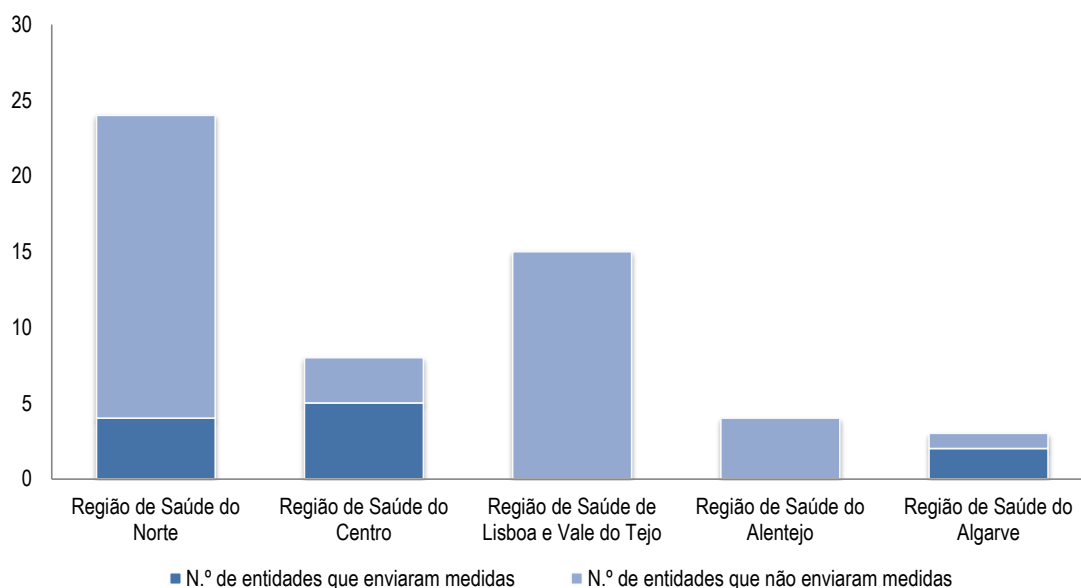
5.1. Reporte de Implementação de Medidas

Apresenta-se, de seguida, a representação gráfica sobre a informação relativa à monitorização de medidas reportadas, por região de saúde e tipologia de entidade, relativamente ao 4.º T de 2017.

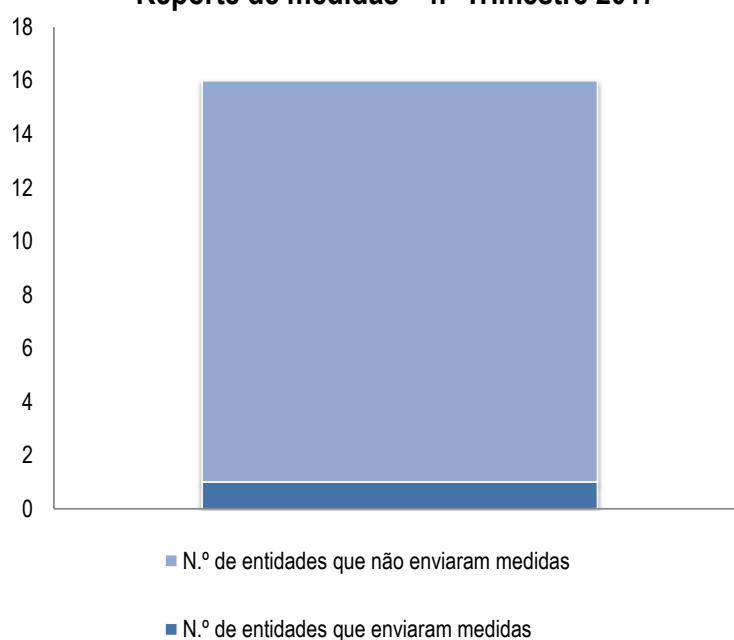
Unidades hospitalares
Reporte de medidas - 4.º Trimestre 2017



Agrupamentos de Centros de Saúde
Reporte de medidas - 4.º Trimestre 2017

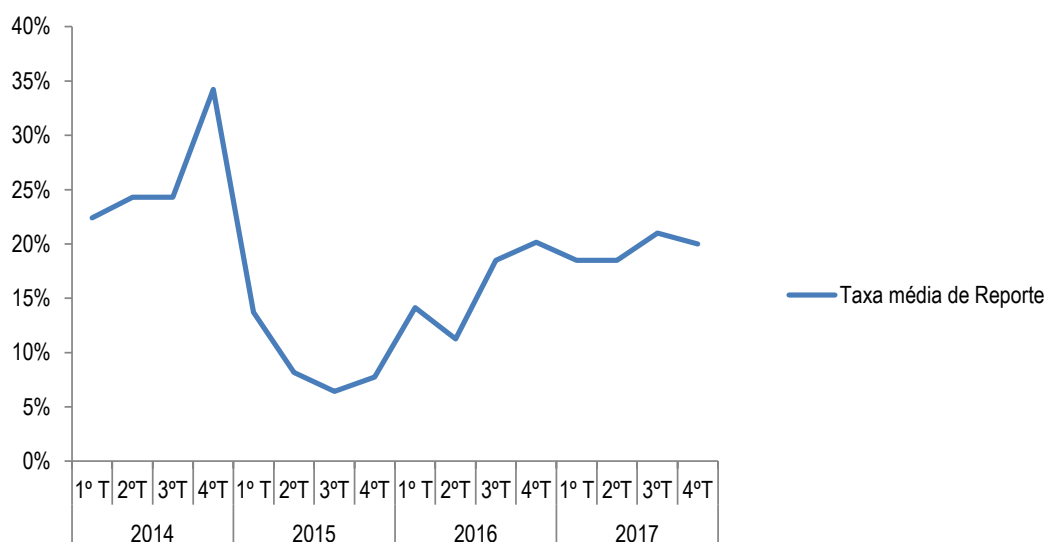


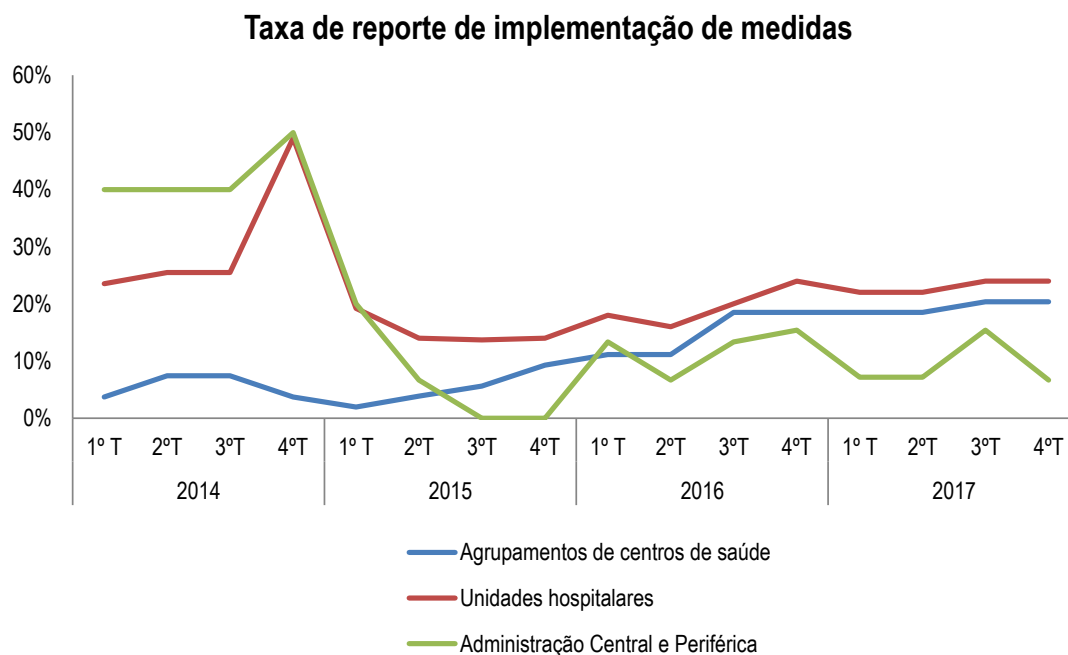
Entidades da ADM Central Reporte de medidas - 4.º Trimestre 2017



A taxa média de reporte de medidas no 4.º T de 2017 diminuiu 1% face ao 3.º T de 2017, cifrando-se, assim, nos 20%. A maioria destas medidas foram implementadas por Entidades Hospitalares e Agrupamentos de Centros de Saúde.

Reporte de implementação de medidas



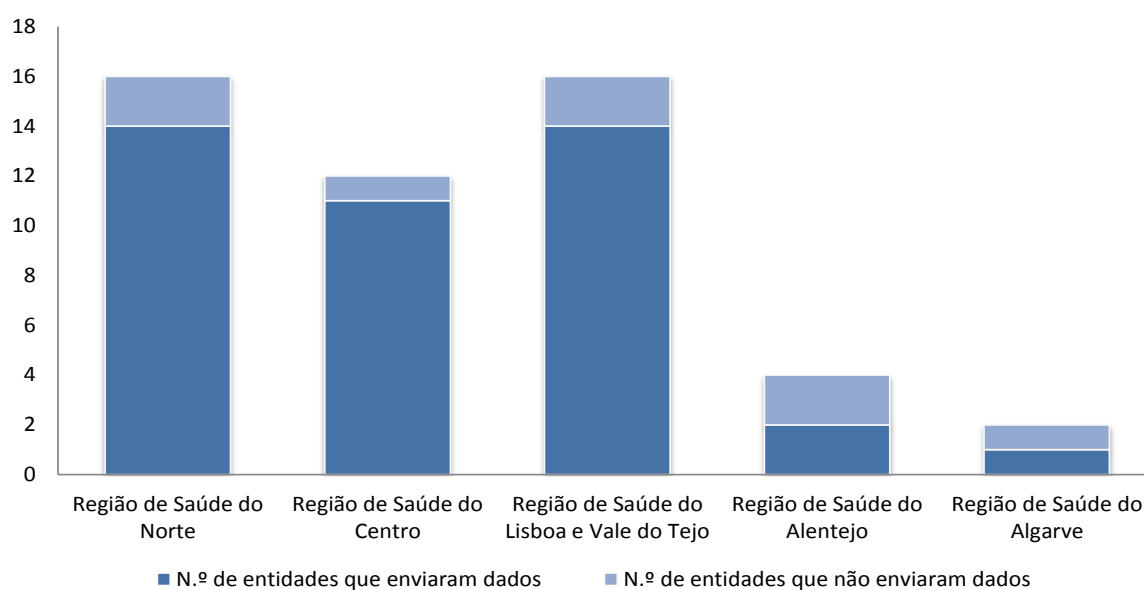


Por último, importa referir que as baixas taxas de reporte para a implementação de medidas não têm, necessariamente, um carácter negativo. Tal poderá justificar-se pela eventualidade de a entidade ter já reportado, no passado, a implementação de medidas de boas práticas e, portanto, não haver necessidade de as implementar e reportar novamente. Importa ressaltar, contudo, e tendo como base relatórios transatos, que existe a possibilidade de que as entidades possam ter implementado medidas sem as reportar, impossibilitando, assim, a sua contabilização neste relatório.

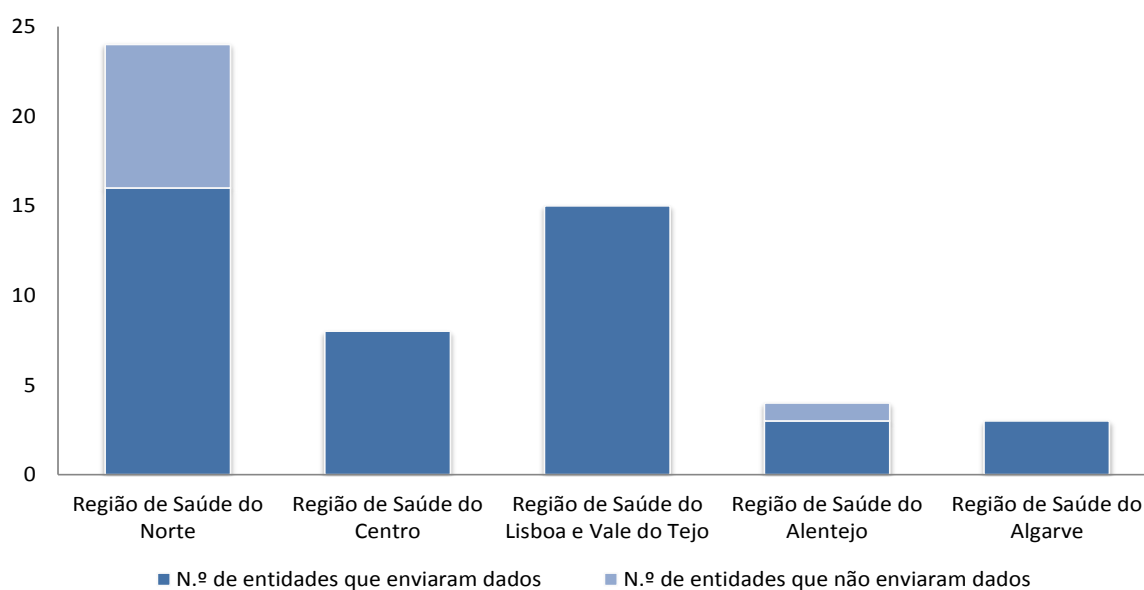
5.2. Reporte de Consumos e Custos

Apresenta-se, de seguida, a representação gráfica referente à informação recebida no que concerne aos consumos de *utilities* e produção de resíduos, bem como os seus custos, por região de saúde e tipologia de entidade, relativamente ao 4.º T de 2017:

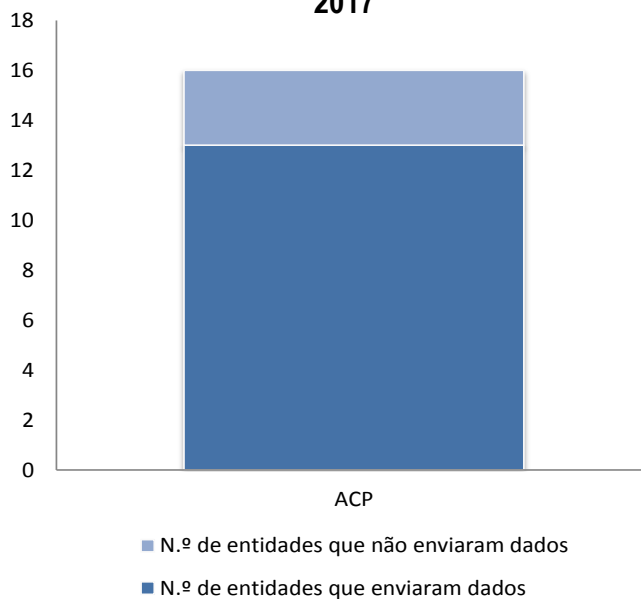
Unidades Hospitalares
Reporte de consumos e custos - 4.º Trimestre 2017



Agrupamentos de Centros de Saúde
Reporte de consumos e custos - 4.º Trimestre 2017

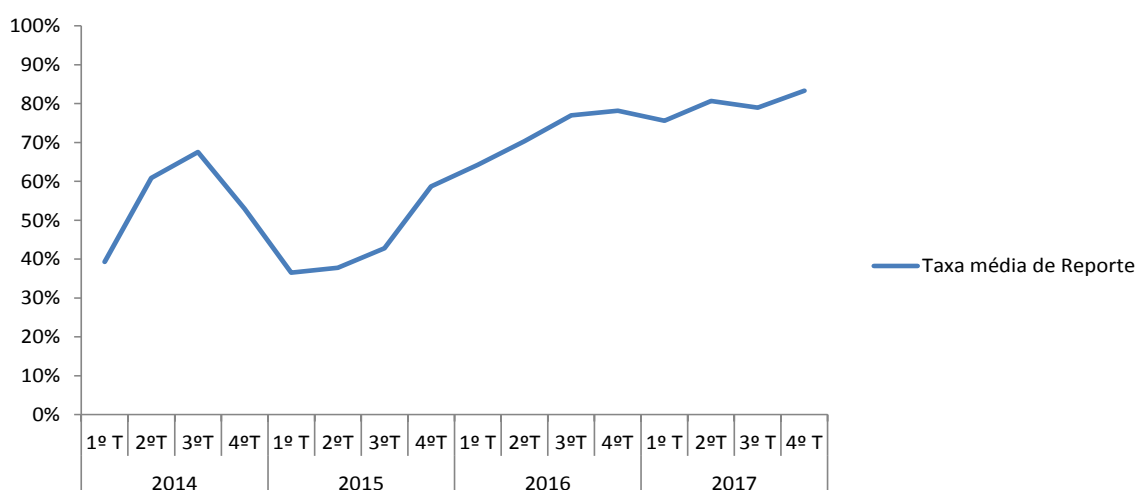


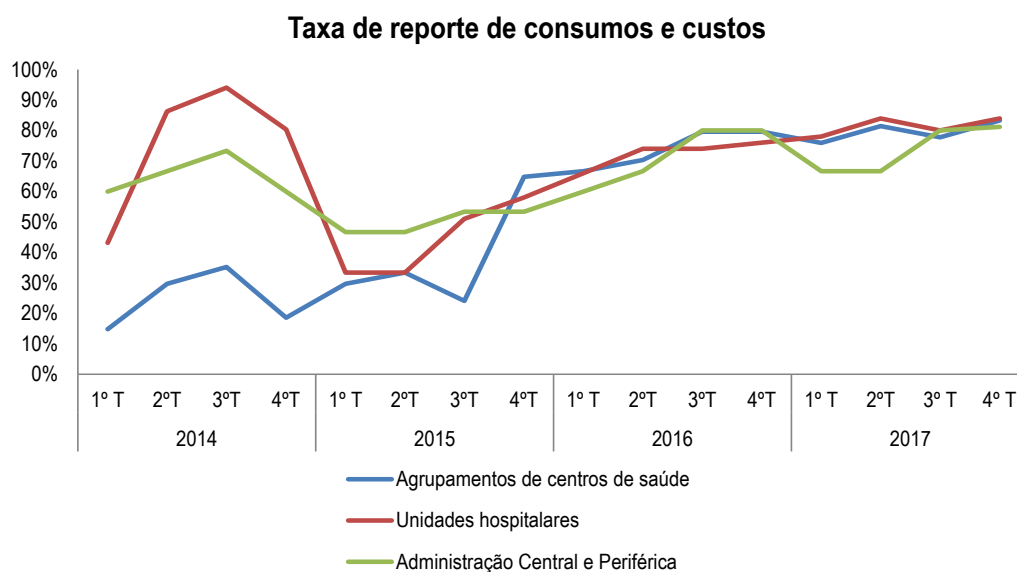
Entidades da Administração Central e Periférica Reporte de consumos e custos - 4.º Trimestre 2017



A taxa de reporte de dados de consumos e custos foi sempre superior à taxa de reporte das medidas implementadas. A taxa de reporte no 4.º T de 2017 situa-se nos 83%, um valor superior ao verificado no trimestre transato e que constituiu um recorde absoluto desde o início da elaboração destes relatórios de monitorização trimestrais. Por tipologia, as entidades apresentam uma taxa de reporte de 83% para Agrupamentos de Centros de Saúde, 84% para as Unidades Hospitalares e 81% para a Administração Central e Periférica.

Reporte de consumos e custos





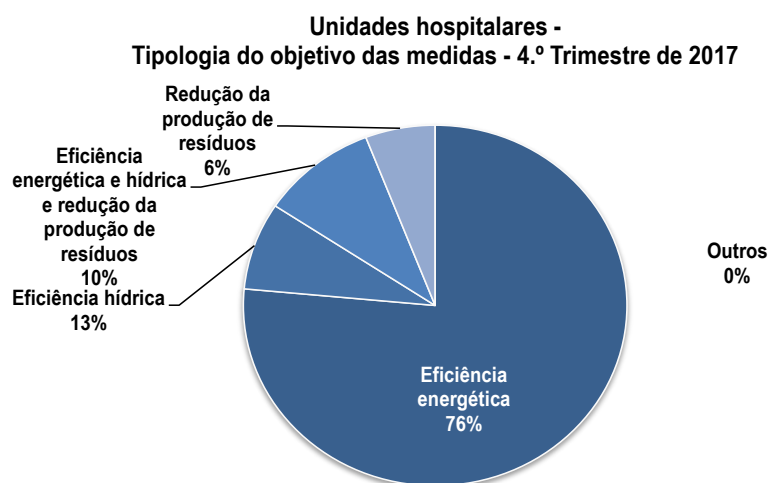
Como se pode constatar através da análise dos elementos anteriormente expostos, o maior potencial de evolução coincide com o incremento no reporte das entidades de cuidados de saúde primários da responsabilidade funcional da ARS Norte.

6. Monitorização de Medidas

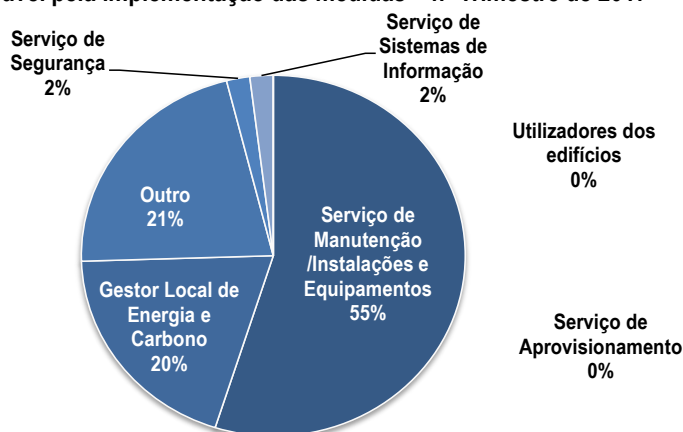
A monitorização apresentada neste capítulo permite aferir o esforço das entidades do MS no sentido de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência nos consumos de energia, de água e na redução da produção de resíduos dos edifícios do sector público da saúde, ao longo do 4.º T de 2017. O reporte das medidas implementadas ou em curso nesse trimestre, no “Portal PEBC & Eco.AP”, é feito nos campos referentes a cada entidade.

De seguida, apresenta-se a análise quantitativa das medidas reportadas ao longo do 4.º T de 2017, em termos de tipologia, do objetivo das medidas, e do responsável pela respetiva implementação nas diversas entidades.

6.1. Unidades Hospitalares



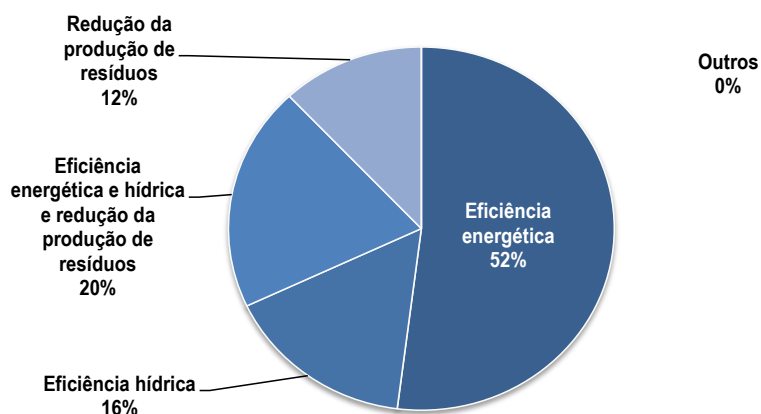
**Unidades hospitalares -
Responsável pela implementação das medidas - 4.º Trimestre de 2017**



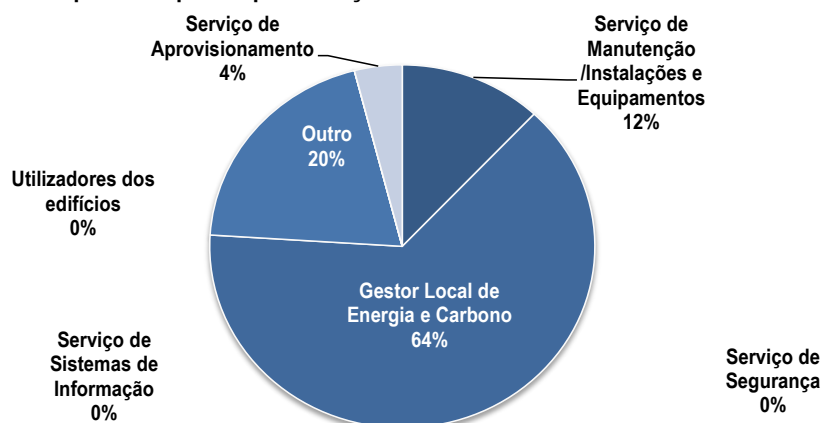
Da análise dos gráficos, conclui-se que as medidas implementadas neste trimestre, nas entidades hospitalares, foram, na sua maioria, relativas à eficiência energética, tendo sido executadas, em maior parte, pelo serviço de manutenção/instalações e equipamentos e pelos GLEC. Constata-se também, a ausência de medidas que sejam da responsabilidade do serviço de aprovisionamento e dos utilizadores dos edifícios.

6.2.Agrupamentos de Centros de Saúde

**Cuidados de Saúde Primários -
Tipologia do objetivo das medidas - 4.º Trimestre de 2017**



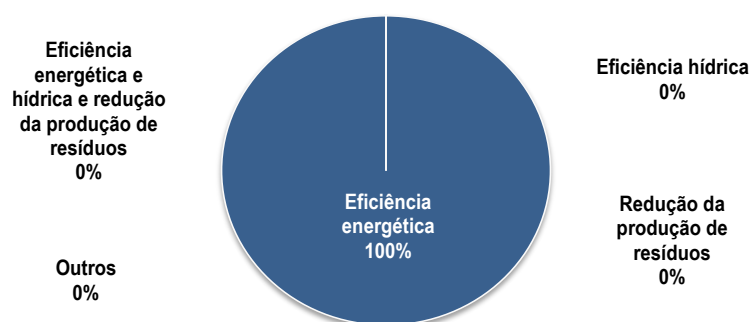
**Cuidados de Saúde Primários -
Responsável pela implementação das medidas - 4.º Trimestre de 2017**



Da análise dos gráficos, verifica-se que as medidas implementadas neste trimestre, nos cuidados de saúde primários, também foram, na sua maioria, relativas à eficiência energética. Os responsáveis pela aplicação dessas medidas foram, predominantemente, os respetivos GLEC, sendo que o serviço de manutenção/instalações e equipamentos, o serviço de aprovisionamento e ainda outros responsáveis não mencionados neste gráfico completam este quadro. Constata-se, também, a ausência de medidas que sejam da responsabilidade do serviço de segurança, do serviço de sistemas de informação e, também, dos próprios utilizadores dos edifícios

6.3.Administração Central e Periférica

**Administração Central e Periférica -
Tipologia do objetivo das medidas - 4.º Trimestre de 2017**



**Administração Central e Periférica -
Responsável pela implementação das medidas - 4.º Trimestre de 2017**



Da análise dos gráficos, verifica-se que as medidas implementadas neste trimestre, na Administração Central e Periférica, foram relativas à eficiência energética, sendo responsáveis pela aplicação dessas medidas os respetivos GLEC.

7. Monitorização Trimestral de Consumos e Custos

A apresentação da informação de monitorização assenta na identificação das entidades que superam as metas de redução de consumos determinadas pelo Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio. Desta forma e, para efeitos desta análise, considera-se que são superadas as metas deste Despacho quando uma entidade atinge uma poupança igual ou superior à definida neste diploma legal, relativamente a **80%** do consumo verificado no ano de 2011, para energia elétrica e gás, e **86%** para consumo de água e produção de resíduos.

Para melhor identificação das entidades que superam as metas do Despacho SES, é utilizado um sistema de três semáforos:

-  Entidade que supera as metas do despacho
-  Entidade com um consumo acumulado inferior ao consumo do ano de 2011, mas que não cumpre com as metas do despacho
-  Entidade com um consumo acumulado igual ou superior ao consumo do ano de 2011

7.1. Unidades Hospitalares

7.1.1. Consumo de Energia Elétrica

Relativamente aos hospitais construídos fruto de Parcerias Público-Privadas (PPP), ressalva-se que os valores de consumo de água no ano de referência poderão não corresponder aos valores de consumo dos hospitais em pleno funcionamento, nas suas configurações atuais, dado que, no caso do Hospital de Braga, este só foi inaugurado em maio de 2011 e no caso do Hospital Vila Franca de Xira, cuja inauguração ocorreu em 3 de abril de 2013, os consumos poderão referir-se à unidade hospitalar que antecedeu o referido hospital, tendo sido substituído por este.

7.1.1.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte								
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	7.474.055,00	1.528.797,47	1.439.348,00	1.379.974,00	1.507.858,42	1.267.813,26	83%	75%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	9.905.337,00	3.043.193,37	1.631.968,35	2.329.218,53	2.609.089,73	1.758.042,84	58%	84%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	4.921.446,00	1.043.393,40	1.226.108,26	1.014.341,83	926.723,45	995.104,61	95%	85%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	5.597.179,00	1.372.358,66	1.327.644,26	1.507.681,28	1.649.300,85	265.830,55	19%	85%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	10.745.434,33	2.966.086,75	2.506.845,16	2.876.686,99	3.106.118,00	2.704.421,00	91%	104%
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	1.657.675,00	0,00	401.891,03	439.596,13	472.068,77	420.088,57	--	105%
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	12.007.345,00	1.004.734,00	3.107.751,08	3.235.480,31	3.460.405,84	3.188.029,10	317%	108%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	14.457.529,00	4.619.892,33	5.014.965,17	4.463.691,26	4.444.188,49	4.004.692,78	87%	124%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	3.754.240,01	1.239.921,94	1.202.457,22	1.179.038,87	1.042.917,48	1.247.801,52	101%	124%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	7.235.619,00	2.043.927,65	2.008.384,55	0,00	2.206.833,14	2.022.688,06	99%	-- a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	2.269.175,00	0,00	0,00	500.960,32	469.910,55	522.513,13	--	-- a)
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	1.499.508,00	0,00	0,00	337.000,03	298.063,78	339.440,61	--	-- a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	6.081.443,00	0,00	0,00	1.393.970,00	1.593.388,00	1.502.270,00	--	-- a)
Hospital de Braga (PPP)	8.218.732,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.517.376,53	--	-- a)
Centro Hospitalar de São João, EPE	32.019.816,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	3.930.042,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade cumpre as metas preconizadas no despacho;
- Três entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de energia elétrica inferior ao do ano de referência;
- Cinco entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Sete entidades registam uma redução nos consumos de energia elétrica, embora uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruências no processo de reporte da informação, podendo tal resultar de faturas não submetidas no portal;
- Duas entidades ostentam um aumento nos consumos de energia elétrica embora uma destas apresente uma variação de consumo que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correto.

7.1.1.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro								
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	848.679,38	203.319,40	157.829,00	178.367,00	190.425,55	159.468,90	78%	81% 
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	1.910.005,00	0,00	440.989,35	378.045,58	370.069,52	411.286,88	--	84% 
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	2.221.144,00	482.777,00	490.881,00	445.436,07	465.789,25	494.757,91	102%	85% 
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	653.712,00	148.875,08	160.457,17	129.571,33	130.049,99	139.484,52	94%	86% 
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	8.315.674,26	1.847.483,24	1.814.585,08	2.416.144,07	1.258.758,00	1.881.318,60	102%	89% 
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	7.057.852,00	1.569.264,17	1.489.925,82	1.743.485,71	1.883.980,96	1.563.018,16	100%	95% 
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	3.996.866,00	981.026,30	1.118.248,00	1.113.044,60	1.146.919,53	1.011.834,13	103%	110% 
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	22.109.481,00	8.568.630,58	5.734.607,10	7.174.904,11	9.104.213,41	8.250.386,65	96%	137% 
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	5.062.158,00	970.762,40	0,00	1.156.820,02	235.062,75	1.129,34	0,1%	-- a) 
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	3.369.634,00	592.029,00	709.935,00	0,00	0,00	606.998,24	103%	-- a) 
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	19.188,10	302.686,68	130.528,53	257.492,07	45.423,27	237%	-- a) 
Centro Hospitalar Tondela-Visu, EPE	11.836.909,00	2.787.045,21	2.898.968,19	1.812.175,59	161.790,63	0,00	--	-- a) 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

b) De acordo com os D.L. n.º 30/2011, de 2/3 e D.L. n.º 116/2013 de 9/8, o CHL é composto pela fusão do Hospital de Santo André com o Hospital Distrital de Pombal e Hospital Bernardino Lopes da Oliveira.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Seis entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho apresentando, contudo, um consumo de energia elétrica inferior ao do ano de referência;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução dos valores de consumo energia elétrica, embora uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruências no processo de reporte da informação, podendo tal resultar de faturas não submetidas no portal;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de energia elétrica;
- Cinco entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica sendo que, num caso, a entidade ostenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.1.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo								
Centro Hospitalar do Oeste	6.590.216,00	1.198.507,82	1.113.403,15	1.190.077,18	1.149.125,97	1.014.089,23	85%	68% ●
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1.634.436,00	182.455,42	460.036,33	270.191,05	10.721,63	446.031,20	244%	73% ●
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	14.215.430,00	3.469.839,16	3.097.735,16	2.725.571,85	3.716.102,96	3.393.524,94	98%	91% ●
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	26.774.669,00	1.987.061,20	6.892.279,74	5.918.924,26	5.898.744,78	6.698.105,10	337%	95% ●
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	5.151.867,17	1.197.833,80	1.227.711,05	1.200.138,16	1.298.082,77	1.200.893,71	100%	96% ●
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	23.208.717,03	6.050.175,93	6.021.669,82	5.702.445,39	6.003.344,98	5.036.780,27	83%	98% ●
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	7.304.503,00	1.798.366,00	1.798.285,00	1.883.898,00	1.930.917,50	1.862.413,81	104%	102% ●
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	7.876.116,00	2.127.267,00	1.932.198,00	2.146.112,69	2.311.655,32	2.019.465,55	95%	107% ●
Hospital Distrital de Santarém, EPE	4.603.418,00	1.235.196,87	1.328.614,75	1.254.454,48	1.302.024,20	1.187.678,58	96%	110% ●
Hospital Garcia de Orta, EPE	8.978.700,00	2.392.598,00	1.570.870,00	2.509.477,47	0,00	2.407.944,34	101%	-- a)
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	187.243,82	189.636,15	138.317,43	215.464,06	192.809,39	103%	-- a)
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	0,00	3.155.279,74	2.875.847,52	3.357.495,45	3.791.457,43	3.282.302,25	104%	-- a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	8.637.497,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029.394,96	--	-- a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	1.905.081,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.061.628,00	--	-- a)
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	6.760.718,00	1.629.624,98	1.629.651,98	1.699.711,45	1.724.080,84	0,00	--	-- a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	10.848.674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Duas entidades cumprem as metas preconizadas no despacho;
- Quatro entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho apresentando, contudo, consumos de energia elétrica inferiores aos do ano de referência;
- Três entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Cinco entidades registam uma redução dos valores de consumo energia elétrica;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de energia elétrica;
- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica, sendo que, em dois casos, as entidades ostentam percentagens que indicam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.1.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4º T 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo								
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	3.612.723,00	923.892,39	945.004,74	952.588,60	108.090,40	347.175,00	38%	65% ●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	4.565.172,00	988.699,40	743.477,83	929.096,05	905.202,19	924.830,58	94%	77% ●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	4.315.675,00	749.194,15	1.027.783,67	74.671,19	0,00	0,00	--	-- a)
Hospital Espírito Santo, EPE	6.087.577,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que ambas as entidades cumprem as metas preconizadas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, para as duas entidades que reuniram condições para análise, observa-se que ambas registaram uma redução nos valores de consumo de energia elétrica, embora uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação, podendo tal resultar de faturas não submetidas no portal.

7.1.1.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4º T 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve								
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	890.716,00	188.232,27	197.017,39	174.703,41	221.681,60	150.707,60	80%	84% ●
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	11.782.097,00	3.258.703,70	3.075.853,88	3.401.273,30	3.955.801,40	0,00	--	-- a) b)c)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

b) D.L. n.º 69/2013, Série I, de 17/05/2013, procedeu à criação do CH do Algarve, EPE, por fusão do CH do Barlavento Algarvio, EPE e do Hospital de Faro, EPE

c) D.L. n.º 101/2017, Série I, de 23/08/2017, altera a denominação do Centro Hospitalar do Algarve, EPE

Relativamente ao referencial de 2011 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta não cumpre as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de energia elétrica inferior ao do ano de referência.

No que respeita ao período homólogo de 2016 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma redução no consumo de energia elétrica.

7.1.2. Consumo de Gás

Relativamente aos consumos de gás, pelo facto da informação relativa ao ano de 2011 ter sido recebida em m³, não será possível efetuar uma comparação com esse ano, visto que os consumos referentes aos anos subsequentes estarem em kWh. Desta forma, procede-se a uma comparação com o ano de 2012, não sendo possível concluir se, efetivamente, as entidades estão a cumprir as metas do Despacho SES.

7.1.2.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Consumo de Gás - 2ºT 2017	Consumo de Gás - 3ºT 2017	Consumo de Gás - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte								
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	27.775.086,76	4.656.903,65	5.272.125,48	2.303.674,70	1.717.264,12	5.253.437,02	113%	52%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	1.261.887,37	167.176,37	400.418,82	145.192,69	133.747,58	149.245,10	89%	66%
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	12.894.971,00	3.065.802,00	4.170.687,00	1.932.025,21	1.660.647,50	3.104.381,00	101%	84%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	9.441.467,00	2.338.553,03	4.352.032,45	1.236.401,46	351.161,26	2.398.284,69	103%	88%
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	2.051.726,00	0,00	595.370,27	360.133,98	322.899,51	591.404,49	--	91%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	14.364.641,00	4.212.090,56	5.276.237,72	3.086.534,79	2.754.350,83	4.215.909,45	100%	107%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	9.309.425,00	2.718.837,60	5.513.489,67	1.549.373,09	1.192.118,15	2.655.108,56	98%	117%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	770.989,00	2.296.839,97	2.929.506,10	1.374.661,05	1.043.420,06	2.252.264,84	98%	986%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	8.418.278,00	2.969.103,00	3.561.287,00	0,00	1.270.930,00	3.228.223,00	109%	a)
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	912.565,00	0,00	0,00	178.953,96	143.886,46	203.873,07	--	a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	2.767.824,00	0,00	0,00	569.104,03	287.132,42	814.576,66	--	a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	7.537.960,40	0,00	0,00	662.498,99	667.097,87	1.633.192,62	--	a)
Hospital de Braga (PPP)	14.839.966,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.049.047,66	--	a)
Centro Hospitalar de São João, EPE	14.489.862,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	4.213.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades evidenciam uma diminuição dos valores de consumo de gás;
- Três entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, embora numa destas, a ordem de grandeza dos valores (986%) indicie uma incongruência no processo de reporte da informação ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de gás;
- Quatro entidade registam um aumento dos valores de consumo de gás.

7.1.2.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4º T 2016	Consumo de Gás - 1º T 2017	Consumo de Gás - 2º T 2017	Consumo de Gás - 3º T 2017	Consumo de Gás - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro								
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	39.645.635,92	406.388,33	633.609,02	279.479,02	276.295,78	595.614,84	147%	5% b)
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	1.037.919,00	364.115,00	407,76	160.701,00	145,21	325,14	0,1%	16%
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	7.575.698,00	581.407,38	2.617.753,51	1.926,37	34.351,80	63.600,90	11%	36%
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	897.373,00	189.421,93	267.410,00	79.620,41	59.744,49	192.743,03	102%	67%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	2.097.190,76	0,00	524.658,89	460.911,05	252.487,76	527.665,99	--	84%
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	4.436.440,00	748.792,33	1.693.957,00	714.566,00	495.706,00	1.023.577,00	137%	89%
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	9.665.354,00	3.008.218,83	3.534.410,73	1.584.950,20	917.993,21	2.897.638,64	96%	92%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	40.851.274,00	14.543.730,09	11.944.401,19	9.065.918,67	9.425.273,99	14.868.209,46	102%	111%
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	44.178,12	601.557,58	1.259.807,63	1.044.889,57	565.317,41	674.239,44	112%	8023%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	5.283.973,14	1.539.049,17	0,00	934.914,55	21.527,25	1.239.281,68	81%	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	3.674.413,04	128.868,00	641.728,32	100.009,00	0,00	933.698,00	725%	a)
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	15.640.270,25	1.072.082,42	3.792.415,81	72.400,20	1.702.342,05	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

b) De acordo com os D.L. n.º 30/2011, de 2/3 e D.L. n.º 116/2013 de 9/8, o CHL é composto pela fusão do Hospital de Santo André com o Hospital Distrital de Pombal e Hospital Bernardino Lopes da Oliveira.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Sete entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás, sendo que, três casos evidenciam uma redução, face ao ano de referência, demasiado acentuada. No caso do Centro Hospitalar de Leiria, EPE, tal resulta, como foi reportado à ACSS via ARS Centro, da desagregação do contador da cogeração;
- Duas entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, pese embora, numa destas, a ordem de grandeza do seu valor (8023%), resulta de uma situação anómala, que foi reportada à ACSS, via ARS Centro, e que corresponde a uma alteração do paradigma de consumo face ao ano de referência 2012, resultado da mudança de nafta para gás propano, na alimentação das caldeiras.

No que respeita ao período homólogo de 2016 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução dos valores de consumo de gás, sendo que, duas destas, ostentam percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte da informação, podendo tal resultar de faturas não submetidas no portal;
- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás, sendo que, num caso, a entidade ostenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.2.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4º T 2016	Consumo de Gás - 1º T 2017	Consumo de Gás - 2º T 2017	Consumo de Gás - 3º T 2017	Consumo de Gás - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo								
Hospital Distrital de Santarém, EPE	5.901.614,00	153.848,16	28.472,07	152.356,87	28.016,00	124.540,35	81%	6%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	6.060.395,00	416.398,79	492.065,55	363.788,43	303.933,95	405.509,79	97%	26%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	6.312.197,60	637.871,43	911.237,48	214.695,95	128.550,25	604.197,31	95%	29%
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	50.900.865,00	6.135.302,73	7.760.273,67	4.868.749,41	4.257.330,18	6.586.107,40	107%	46%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	7.730.390,00	1.583.367,63	2.325.586,05	1.044.524,09	570.074,30	1.974.870,61	125%	77%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	5.895.366,66	1.101.776,87	1.593.016,30	988.529,96	896.173,00	1.358.213,21	123%	82%
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	3.882.023,00	1.165.420,00	1.654.885,00	876.353,00	600.879,00	1.055.639,00	91%	108%
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	8.782.892,00	2.682.420,67	3.253.959,12	2.232.267,63	2.082.526,79	2.575.900,02	96%	116%
Centro Hospitalar do Oeste	1.121.502,73	1.551.912,03	5.684.641,88	1.187.099,44	1.131.151,73	1.816.801,64	117%	876%
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	1.088.102,63	2.887.115,00	3.190.644,00	2.224.342,00	2.426.871,00	3.262.275,00	113%	1021%
Hospital Garcia de Orta, EPE	40.267.302,20	37.985,46	46.679,57	49.055,88	0,00	28.548,54	75%	a)
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	200.769,93	243.200,26	126.305,68	120.203,96	208.032,76	104%	a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	646.112,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.778.728,83	--	a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	15.601.917,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.202.511,41	--	a)
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	28.450.333,00	40.402,12	42.539,17	25.347,28	20.584,79	0,00	--	a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Seis entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás, evidenciando contudo, em quatro destas, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;
- Quatro entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, pese embora, em dois casos, a ordem de grandeza dos seus valores (876% e 1021%), indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Seis entidades registam uma redução dos valores de consumo de gás;
- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás.

7.1.2.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4º T 2016	Consumo de Gás - 1º T 2017	Consumo de Gás - 2º T 2017	Consumo de Gás - 3º T 2017	Consumo de Gás - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo								
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	3.935.768,82	0,00	560.859,00	133.833,00	170.507,00	48.388,84	--	23%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	3.590.834,00	0,00	461,14	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	3.584.744,52	823.701,51	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital Espírito Santo, EPE	4.216.764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012, e para única entidade que reuniu condições de análise, constata-se que esta registou uma redução dos consumos de gás, embora evidencie um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte.

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições de análise.

7.1.2.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4º T 2016	Consumo de Gás - 1º T 2017	Consumo de Gás - 2º T 2017	Consumo de Gás - 3º T 2017	Consumo de Gás - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve								
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	1.857.481,47	281.290,33	385.798,91	154.129,66	98.107,61	200.394,36	71%	45%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	13.052.821,32	3.756.335,51	4.562.558,71	2.326.418,86	1.497.986,09	0,00	--	a) b)c)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

b) D.L. n.º 69/2013, Série I, de 17/05/2013, procedeu à criação do CH do Algarve, EPE, por fusão do CH do Barlavento Algarvio, EPE e do Hospital de Faro, EPE

c) D.L. n.º 101/2017, Série I, de 23/08/2017, altera a denominação do Centro Hospitalar do Algarve, EPE

Relativamente ao referencial de 2012 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta entidade ostenta uma redução dos valores de consumo de gás, sendo que, o valor, pelo seu diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, observa-se que a entidade regista uma redução dos valores de consumo de gás;

7.1.3. Consumo de Água

Relativamente aos hospitais construídos fruto de Parcerias Público-Privadas (PPP), ressalva-se que os valores de consumo de água no ano de referência poderão não corresponder aos valores de consumo dos hospitais em pleno funcionamento, nas suas configurações atuais, dado que, no caso do Hospital de Braga, este só foi inaugurado em maio de 2011 e no caso do Hospital Vila Franca de Xira, cuja inauguração ocorreu em 3 de abril de 2013, os consumos poderão referir-se à unidade hospitalar que antecedeu o referido hospital, tendo sido substituído por este.

7.1.3.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Consumo de Água - 2º T 2017	Consumo de Água - 3º T 2017	Consumo de Água - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
I. Região de Saúde do Norte									
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	89.292,00	18.559,53	15.808,01	14.324,17	16.914,38	9.926,56	53%	64%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	81.218,00	11.901,20	11.856,26	12.105,53	17.780,49	13.074,72	110%	67%	●
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	147.848,00	22.594,00	23.066,00	24.937,00	26.627,00	25.719,00	114%	68%	●
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	158.037,00	49.685,40	39.192,13	24.426,80	34.434,29	34.838,94	70%	84%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	68.926,53	18.314,01	11.949,00	8.802,00	18.071,00	21.186,00	116%	87%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	71.074,00	17.151,10	15.733,73	17.149,51	19.699,33	15.528,00	91%	96%	●
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	15.956,00	0,00	3.954,81	3.880,85	4.054,03	3.963,97	--	99%	●
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	91.460,00	21.542,94	24.606,60	23.039,58	22.743,54	24.555,85	114%	104%	●
Centro Hospitalar do Porto, EPE	125.494,00	41.991,20	42.425,05	45.827,23	42.088,99	42.154,63	100%	137%	●
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	75.391,00	12.244,00	20.970,70	0,00	20.647,22	20.652,62	169%	--	a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	145.826,00	0,00	0,00	21.749,66	21.116,32	31.890,17	--	--	a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	30.567,00	0,00	0,00	4.247,39	4.303,05	4.839,14	--	--	a)
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	54.763,00	0,00	0,00	3.227,17	3.362,39	3.309,18	--	--	a)
Hospital de Braga (PPP)	71.436,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.672,71	--	--	a)
Centro Hospitalar de São João, EPE	288.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	47.089,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades cumprem as metas preconizadas no despacho;
- Três entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, consumos de água inferiores ao do ano de referência;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registaram uma diminuição dos valores de consumo de água;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de água;
- Cinco entidades ostentam um aumento dos valores de consumo de água.

7.1.3.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Consumo de Água - 2º T 2017	Consumo de Água - 3º T 2017	Consumo de Água - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro								
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	55.672,15	8.368,65	8.242,09	8.570,12	8.188,97	8.584,75	103%	60% 
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	40.382,00	6.993,60	6.559,00	6.857,65	7.745,07	6.400,75	92%	68% 
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	78.253,00	12.584,74	13.268,81	14.276,62	14.711,47	12.398,16	99%	70% 
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	157.329,93	36.125,51	28.875,37	33.126,61	28.552,86	31.696,32	88%	78% 
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	7.789,00	1.609,72	1.734,90	1.579,16	1.532,28	1.791,62	111%	85% 
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	9.136,00	1.908,00	1.936,70	2.113,59	2.286,00	2.461,09	129%	96% 
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	21.027,00	0,00	5.125,90	5.094,00	4.649,00	6.787,05	--	103% 
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	350.254,00	136.477,54	135.947,89	153.694,59	155.046,01	108.063,01	79%	158% 
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	43.064,00	8.673,10	13.517,72	8.095,00	0,00	9.031,84	104%	-- a) 
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	82.273,00	11.042,21	0,00	12.972,64	6.316,29	13.169,11	119%	-- a) 
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	4.526,25	11.957,16	21.624,95	18.804,48	16.524,13	365%	-- a) 
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	89.164,00	3.750,27	5.000,64	4.454,69	7.273,45	0,00	--	-- a) 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

b) De acordo com os D.L. n.º 30/2011, de 2/3 e D.L. n.º 116/2013 de 9/8, o CHL é composto pela fusão do Hospital de Santo André com o Hospital Distrital de Pombal e Hospital Bernardino Lopes da Oliveira.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades cumprem as metas preconizadas no despacho;
- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de água inferior ao do ano de referência;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho. Tal justifica-se, no caso do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E. devido ao processo de fusão aquando da criação deste centro hospitalar, onde apenas se contabilizou os valores de água de um dos hospitais desta entidade, para o ano de referência de 2011.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução dos valores de consumo de água;
- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água, sendo que, num caso, a entidade apresenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.3.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Consumo de Água - 2º T 2017	Consumo de Água - 3º T 2017	Consumo de Água - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo									
Centro Hospitalar do Oeste	290.000,00	20.247,00	25.027,05	20.523,67	20.413,14	18.721,13	92%	29%	●
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	133.387,00	12.882,51	15.627,34	14.427,68	458,90	13.366,58	104%	33%	●
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	359.478,00	73.070,01	54.836,52	54.173,97	55.677,94	50.673,20	69%	60%	●
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	86.561,00	17.126,67	18.111,11	17.326,54	15.382,57	15.080,73	88%	76%	●
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	208.566,00	37.905,41	40.356,57	39.518,71	43.439,01	39.643,75	105%	78%	●
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	587.123,00	130.426,01	138.463,61	126.328,91	131.929,77	124.123,13	95%	89%	●
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	94.977,00	20.253,42	16.792,55	23.862,23	27.425,57	23.531,24	116%	96%	●
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	54.263,00	14.593,35	14.446,82	13.101,18	12.652,18	12.635,52	87%	97%	●
Hospital Distrital de Santarém, EPE	505,00	17.322,27	16.668,27	13.746,14	12.919,40	10.625,25	61%	10685%	●
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	1.127,17	881,00	664,18	729,60	766,37	68%	--	a)
Hospital Garcia de Orta, EPE	117.391,00	29.121,88	29.042,93	21.254,82	0,00	29.138,41	100%	--	a)
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	0,00	20.741,22	19.812,36	22.121,14	37.879,02	25.354,83	122%	--	a)
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	109.453,23	14.925,88	27.048,68	26.003,13	16.517,65	0,00	--	--	a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	122.718,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.203,85	--	--	a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	28.081,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.595,87	--	--	a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	185.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, sendo que, duas destas, evidenciam valores que, pelo seu diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Três entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de água inferior ao do ano de referência;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho, apresentando um consumo de cerca de 10685%. Tal incongruência foi reportada pela entidade em causa à ACSS, via ARS LVT, e resulta de uma alteração do paradigma de consumo, fruto da cessação de exploração de um furo, passando a entidade a consumir água da rede de distribuição pública.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Sete entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de água;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de água;
- Quatro entidades registam um aumento dos valores de consumo de água.

7.1.3.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Consumo de Água - 2ºT 2017	Consumo de Água - 3ºT 2017	Consumo de Água - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
IV. Região de Saúde do Alentejo									
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	31.057,00	6.455,13	6.332,90	6.535,97	2.214,33	4.571,10	71%	63%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	54.230,00	8.438,15	9.607,38	11.620,85	13.819,71	10.659,27	126%	84%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	32.742,00	17.930,28	2.993,26	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Hospital Espírito Santo, EPE	65.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que ambas as entidades cumprem as metas definidas no despacho;

No que respeita ao período homólogo de 2016, observa-se que:

- Uma entidade evidenciou uma redução do seu consumo de água;
- Uma entidade regista um aumento no seu valor de consumo de água.

7.1.3.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Consumo de Água - 2ºT 2017	Consumo de Água - 3ºT 2017	Consumo de Água - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
V. Região de Saúde do Algarve									
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	10.050,00	1.731,27	1.474,01	1.919,26	2.459,03	2.208,28	128%	80%	●
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	167.487,00	46.411,33	37.162,84	41.278,18	89.564,23	0,00	--	--	a) b)c)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

b) D.L. n.º 69/2013, Série I, de 17/05/2013, procedeu à criação do CH do Algarve, EPE, por fusão do CH do Barlavento Algarvio, EPE e do Hospital de Faro, EPE

c) D.L. n.º 101/2017, Série I, de 23/08/2017, altera a denominação do Centro Hospitalar do Algarve, EPE

Relativamente ao referencial de 2011 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta cumpre as metas preconizadas no despacho do SES.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, observa-se que esta ostenta um aumento nos valores de consumo de água.

7.1.4. Produção de Resíduos

Relativamente à monitorização da produção de resíduos, a comparação terá de ser feita com o ano de 2012, visto que, no ano de 2011, não foram reportados os dados da produção de resíduos, não sendo possível concluir se efetivamente as entidades estão a cumprir as metas do Despacho SES.

7.1.4.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte								
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	577,49	131,31	163,61	52,91	50,07	36,46	28%	52%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	379,10	92,52	100,77	97,11	89,48	91,65	99%	100%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	120,30	58,73	39,63	23,46	26,43	40,93	70%	108%
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	34,27	0,00	10,84	9,19	9,60	11,03	--	119%
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	826,00	88,23	262,35	316,58	237,66	252,25	286%	129%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	0,00	168,95	133,25	166,97	157,29	134,43	80%	a)
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	1.221,53	165,91	0,00	0,00	61,85	149,92	90%	a)
Centro Hospitalar do Porto, EPE	0,00	121,39	150,66	148,40	128,82	134,42	111%	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	147,26	50,63	18,61	0,00	0,00	58,99	117%	a)
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	168,03	51,92	62,61	0,00	55,67	64,86	125%	a)
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	44,00	0,00	0,00	14,41	14,47	0,00	--	a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	3,76	0,00	0,00	0,49	0,63	0,50	--	a)
Centro Hospitalar de São João, EPE	2.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	242,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Braga (PPP)	414,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade regista uma diminuição da produção de resíduos;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, o mesmo valor de produção de resíduos;
- Três entidades registam um aumento de produção de resíduos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Cinco entidades evidenciam uma redução dos valores de produção de resíduos, sendo que, num caso a entidade ostenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação, ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada;
- Quatro entidades ostentam um aumento dos valores de produção de resíduos, sendo que num caso, a entidade ostenta uma percentagem que indicia incongruência no

processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anômala que não nos foi reportada.

7.1.4.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4º T 2016	Produção Resíduos - 1º T 2017	Produção Resíduos - 2º T 2017	Produção Resíduos - 3º T 2017	Produção Resíduos - 4º T 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro								
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	250,39	16,95	17,15	16,82	16,46	17,32	102%	27%
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	429,96	3,20	32,64	35,11	68,34	36,37	1137%	40%
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	498,13	94,08	79,86	71,15	84,85	127,56	136%	73%
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	194,52	63,66	72,52	70,15	61,27	67,20	106%	139%
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	226,28	184,93	200,79	150,24	136,01	183,42	99%	296%
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	0,00	33,13	22,66	388,83	26,10	33,30	101%	a)
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	0,00	30,15	32,77	20,41	20,02	32,47	108%	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	88,09	15,63	17,25	0,00	0,00	17,86	114%	a)
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	3.823.724,50	101,16	0,00	74,65	15,11	122,44	121%	a)
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	0,00	0,00	2,49	4,09	4,77	3,54	--	a)
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	1.109,91	224,53	231,39	211,83	218,88	0,00	--	a)
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	3.063,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada.

b) De acordo com os D.L. n.º 30/2011, de 2/3 e D.L. n.º 116/2013 de 9/8, o CHL é composto pela fusão do Hospital de Santo André com o Hospital Distrital de Pombal e Hospital Bernardino Lopes da Oliveira.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Três entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos evidenciando, em duas destas, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte. Relativamente ao valor inserido pelo Hospital Dr. Francisco Zagalo-Ovar, a discrepância existente justifica-se, conforme reportado à ACSS, via ARS Centro, por um erro da base de cálculo do valor da produção de resíduos do tipo I e II, estando contratualizado que, o valor dessa mesma produção contemplava a capacidade dos contentores na sua totalidade, algo que na realidade não acontecia;
- Duas entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, pese embora uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Uma entidade regista uma redução dos valores de produção de resíduos;
- Oito entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, sendo que num caso, a entidade ostenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anômala que não nos foi reportada.

7.1.4.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4º T 2016	Produção Resíduos - 1º T 2017	Produção Resíduos - 2º T 2017	Produção Resíduos - 3º T 2017	Produção Resíduos - 4º T 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo								
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	957.677,00	231,23	207,30	195,60	201,40	187,81	81%	0,1%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	1.258,93	350,96	373,04	111,97	325,48	344,32	98%	92%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	2.781,67	506,88	824,12	632,72	594,38	644,23	127%	97%
Centro Hospitalar do Oeste	81,94	34,04	30,58	32,78	20,53	26,53	78%	135%
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	398,00	147,31	140,15	134,70	139,54	153,28	104%	143%
Hospital Garcia de Orta, EPE	30.886,31	158,70	14,19	54,73	0,00	150,66	95%	a)
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	605,03	242,08	0,00	232,93	182,87	242,88	100%	a)
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	0,62	1,43	0,92	1,18	0,94	153%	a)
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	230.196,57	44,40	0,00	160,93	150,87	148,32	334%	a)
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	0,00	0,23	1,10	0,62	0,68	1,52	650%	a)
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	1.505,35	0,00	903,55	838,57	0,00	848,64	--	a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,18	--	a)
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	785,38	207,10	258,24	76,41	260,88	0,00	--	a)
Hospital Distrital de Santarém, EPE	724,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	1.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	1.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Três entidades registam uma diminuição da produção de resíduos evidenciando, numa destas, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Duas entidades ostentam um aumento da produção de resíduos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução dos valores de produção de resíduos;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, o mesmo valor de produção de resíduos;
- Cinco entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, ostentando, em dois casos, percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.4.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo								
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	999,61	0,00	13,67	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	235,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital Espírito Santo, EPE	434,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	228,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 nenhuma entidade reuniu condições para análise, quer quanto à produção de resíduos acumulada face ao ano de referência 2012, quer quanto ao período homólogo de 2016.

7.1.4.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve								
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	97.387,40	0,75	0,00	0,66	0,35	0,47	63%	a) b(c)
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	674.946,66	109,63	126,12	109,36	113,72	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

b) D.L. n.º 69/2013, Série I, de 17/05/2013, procedeu à criação do CH do Algarve, EPE, por fusão do CH do Barlavento Algarvio, EPE e do Hospital de Faro, EPE

c) D.L. n.º 101/2017, Série I, de 23/08/2017, altera a denominação do Centro Hospitalar do Algarve, EPE

Relativamente ao referencial de 2012 nenhuma entidade reuniu condições para análise.

Relativamente ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, observa-se que esta regista uma redução no seu valor de produção de resíduos.

7.2. Agrupamentos de Centros de Saúde

7.2.1. Consumo de Energia Elétrica

7.2.1.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4º T 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3º T 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte								
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	506.299,00	363.911,21	54.295,62	89.346,48	243,64	1.380,00	0,4%	29% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	4.458.164,34	427.260,57	467.290,85	364.796,40	586.069,32	378.344,66	89%	40% ●
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	1.023.035,00	191.278,58	189.813,63	135.561,24	129.892,48	126.392,46	66%	57% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	1.154.926,00	155.661,46	161.189,26	157.775,86	198.215,56	146.502,06	94%	57% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	602.428,00	117.656,69	132.396,72	95.611,44	97.536,07	84.258,29	72%	68% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	851.449,00	198.423,23	226.035,63	146.319,90	144.974,54	153.706,28	77%	79% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	2.404.507,00	600.765,44	664.184,28	413.312,31	497.780,46	567.552,17	94%	89% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	933.105,00	222.925,37	0,00	80.587,42	227.259,39	236.121,20	106%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	0,00	110.519,73	40.040,92	111.825,62	131.607,81	119.714,89	108%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	0,00	54.975,73	79.715,65	64.304,57	33.718,63	63.433,34	115%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	0,00	15.304,12	0,00	237.006,38	267.058,04	174.781,66	1142%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	898.937,00	0,00	0,00	0,00	7.008,17	115.692,69	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	0,00	0,00	0,00	822,84	22.772,12	13.399,46	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	0,00	6.715,10	0,00	17.164,02	5.983,54	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	0,00	9.784,54	6.991,24	4.753,54	4.517,58	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	1.103.890,10	6.240,83	8.818,70	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	1.450.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	667.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	593.734,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	889,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Seis entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, sendo que, duas destas, ostentam percentagens que indiciam incongruências, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho apresentando, contudo, um consumo inferior face ao ano de referência.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se:

- Sete das entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica sendo que, uma destas ostenta uma percentagem que indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação;

- Quatro das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica sendo que, num caso, a entidade ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anômala que não nos foi reportada.

7.2.1.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro								
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	1.734.795,67	292.368,05	274.861,11	197.244,75	206.776,15	230.883,36	79%	52% 
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	1.487.199,00	398.066,49	313.553,75	309.734,50	341.213,76	315.859,27	79%	86% 
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	5.759.561,87	665.590,10	4.132.897,36	501.722,63	405.721,69	637.327,02	96%	99% 
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	2.131.937,00	421.979,10	745.080,99	578.012,80	388.086,10	434.701,16	103%	101% 
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	399.413,60	382.211,30	404.589,47	353.307,67	344.055,66	362.791,85	95%	367% 
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	0,00	56.794,22	52.456,10	32.091,02	27.421,11	53.875,19	95%	-- a) 
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	1.134.177,42	96.069,74	9.038,13	123.749,04	0,00	102.279,46	106%	-- a) 
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	11.002,39	840.627,61	599.385,16	535.728,99	430.387,96	3912%	-- a) 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2011, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade cumpre as metas de consumo de energia elétrica preconizadas no despacho;
- Duas das entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, embora tenham registado uma diminuição do consumo de energia elétrica;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho, evidenciado contudo, uma destas, um aumento que, dada a percentagem, se conjectura não estar correto.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se:

- Cinco das entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica;
- Três das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica, contudo, uma destas apresenta uma variação de consumo que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correto.

7.2.1.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo								
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	409.351,37	80.441,61	213.824,46	403.712,14	49.745,05	12%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	293.711,11	338.275,56	141.075,85	242.866,39	87.260,25	30%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	0,00	255.154,93	294.824,21	170.911,15	0,00	200.765,56	79%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	227.232,35	140.332,68	145.915,94	188.256,12	184.296,52	81%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	0,00	217.962,13	143.293,46	140.496,31	193.711,25	178.124,00	82%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	0,00	452.759,40	474.587,27	293.758,11	407.987,29	432.076,17	95%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	212.864,37	105.364,12	85.178,28	161.549,00	210.397,80	99%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	0,00	201.808,23	101.052,78	143.107,60	168.935,63	211.324,49	105%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	260.278,67	221.465,38	142.607,48	262.390,95	293.031,73	113%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	0,00	165.675,07	199.279,01	212.217,32	81.642,27	193.085,45	117%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	0,00	248.648,98	293.101,55	194.617,57	292.104,38	293.415,19	118%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	278.303,96	145.208,59	219.730,13	344.257,40	331.885,33	119%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	0,00	129.163,37	123.994,94	134.538,78	128.758,48	176.896,39	137%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	139.682,26	283.207,34	193.877,45	279.830,01	267.081,16	191%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odivelas	0,00	117.632,31	145.179,53	90.851,38	427.311,73	581.355,64	494%	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Nenhuma das entidades reuniu condições para ser avaliada quanto às metas definidas no despacho do SES.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Sete das entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica, sendo que, em dois casos, as entidades ostentam percentagens que indiciam uma possível incongruência no processo de reporte da informação;
- Oito das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica, contudo, uma destas apresenta uma variação de consumo que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correto.

7.2.1.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%	
IV. Região de Saúde do Alentejo									
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	984.485,00	261.112,73	268.929,86	261.357,94	116.641,39	93.607,23	36%	75%	●
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	633.526,80	123.930,28	149.512,90	71.042,53	143.294,14	209.266,74	169%	90%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	1.616.626,00	0,00	592.731,32	426.074,87	463.362,02	538.095,22	--	125%	●
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	1.751.303,00	14.429.829,10	83.093,54	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente às metas definidas pelo despacho do SES, observa-se que:

- Uma entidade cumpre as metas de consumo de energia elétrica preconizadas no despacho;
- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas no despacho apresentando, contudo, um valor de consumo de energia elétrica inferior ao registado no ano de referência;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Uma entidade regista uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica, embora ostente uma percentagem que indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação;
- Uma entidade evidencia um aumento dos valores de consumo de energia elétrica.

7.2.1.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%	
V. Região de Saúde do Algarve									
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	1.647.276,00	279.457,79	319.134,81	119.009,98	140.476,33	229.806,31	82%	49%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	1.633.417,00	327.478,80	378.421,27	224.061,88	363.101,34	24.400,42	7%	61%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	858.033,00	183.518,74	158.788,41	175.049,31	213.367,48	155.772,20	85%	82%	●

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Duas entidades cumprem as metas de consumo de energia elétrica preconizadas no despacho, sendo que, uma destas ostenta uma percentagem que indicia incongruências, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;

- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas no despacho apresentando, contudo, um valor de consumo de energia elétrica inferior ao registrado no ano de referência.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, verifica-se que todas as entidades registaram uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica sendo que, num caso, a entidade ostenta uma percentagem que indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação.

7.2.2. Consumo de Gás

No que concerne aos consumos de gás, pelo facto da informação que foi enviada e referente ao ano de 2011 ter sido recebida em m³, não será possível efetuar uma comparação com esse ano, visto que os consumos referentes aos anos de 2012 a 2017 estão em kWh. Desta forma, procede-se a uma comparação com o ano de 2012, não sendo possível concluir se efetivamente as entidades estão a cumprir as metas do Despacho do SES.

7.2.2.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Consumo de Gás - 2ºT 2017	Consumo de Gás - 3ºT 2017	Consumo de Gás - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte								
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	228.527,00	10,40	40,43	7,01	3,79	75,81	729%	0,1%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	522.077,88	38.997,16	52.936,90	24.664,00	3.656,80	49.024,92	126%	25%
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	326.260,16	0,00	93.739,80	31.278,46	-3.034,64	136.248,78	--	79%
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	145.316,00	39.062,05	66.832,55	10.248,61	-52,92	41.093,04	105%	81%
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	288.779,00	50.773,68	41.754,54	0,00	0,00	36.813,18	73%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	335.425,20	85.742,63	0,00	8.353,93	9.565,32	65.573,68	76%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	0,00	737.966,80	1.382.340,20	65.865,44	57.693,65	565.849,67	77%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	0,00	72.574,00	89.028,76	119.462,13	34.870,82	72.554,19	100%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	0,00	57.914,50	112.705,23	3.325,30	0,00	69.339,29	120%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	32.969,00	25.800,61	116.465,61	63.487,30	0,00	106.201,89	412%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	96.161,00	7,28	0,00	79.106,42	55.490,77	210.145,02	2886092%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	323.166.518,00	0,00	0,00	0,00	8.705,16	55.283,34	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.454,02	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	18.657,00	0,00	8.901,10	0,00	0,00	6.145,75	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	108.111,32	0,00	0,00	14,35	280,20	194,75	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	8.193,00	161,09	0,00	49,29	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	218.829,99	0,00	0,67	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	109.728,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	25.224,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	301.261,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	83.233,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada.

b) O ACES da ULS Matosinhos e o ACES Ave - Famalicão apresentaram valores de consumo de gás negativos para o 3.ºT de 2017, tal situação estará relacionada com alguma irregularidade na submissão de notas de crédito no portal PEBC & Eco.AP.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que todas as quatro entidades registam uma diminuição do consumo de gás, evidenciando contudo, em duas destas, valores que, pelo diferencial se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de gás;
- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás, sendo que, em três casos, as entidades ostentam percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.2.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Consumo de Gás - 2ºT 2017	Consumo de Gás - 3ºT 2017	Consumo de Gás - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro								
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	1.231.440,00	106.820,53	219.722,61	83.740,91	80.619,63	189.454,04	177%	47%
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	1.463.625,37	284.276,67	710.916,28	185.687,97	59.361,57	364.774,59	128%	90%
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	1.152.155,00	353.243,43	509.277,49	235.537,06	64.209,84	323.230,05	92%	98%
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	217.534,00	12.043,30	974.906,22	407.141,92	46.907,93	482.189,38	4004%	879%
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	0,00	299.730,51	474.875,13	56.385,91	22.774,50	115.122,94	38%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	0,00	345.006,56	875.178,68	270.368,77	64.143,59	340.040,45	99%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	0,00	21.043,61	84.415,99	33.433,49	0,00	88.104,60	419%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	0,00	21.133,36	11.927,54	0,00	0,00	22.921,28	108%	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Três entidades registam uma diminuição do consumo de gás, sendo que, uma destas ostenta uma percentagem que indicia possível incongruência no processo de reporte da informação;
- Uma entidade evidencia um aumento do consumo, contudo, a ordem de grandeza do valor (879%), indicia uma incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma redução dos valores de consumo de gás contudo, uma destas regista uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação;
- Cinco entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás, contudo, duas destas apresentam uma variação de consumo que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correto.

7.2.2.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Consumo de Gás - 2ºT 2017	Consumo de Gás - 3ºT 2017	Consumo de Gás - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo								
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	30.127,76	76.383,67	171.761,09	2.442,54	21.499,48	73.151,19	96%	892%
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	159.469,18	233.293,92	15.974,63	30.298,21	31.533,10	20%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	281.743,00	12.417,19	0,00	43.177,43	17.787,74	5.130,83	41%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odivelas	14.298,50	5.528,51	0,00	15.833,02	15.312,44	6.765,00	122%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	8.288,00	855,00	0,00	3.074,07	0,00	1.729,90	202%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	11.192,00	77,34	0,00	40.343,83	0,00	41.087,00	53126%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	56,48	3,14	0,00	17,86	-2,28	--	a) b)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	1.823,28	0,00	7.717,74	1.515,97	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	155.540,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	16,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

b) O Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo apresentou valores de consumo de gás negativos para o 4.ºT de 2017, tal situação estará relacionada com alguma irregularidade na submissão de notas de crédito no portal PEBC & Eco.AP.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta evidenciou um aumento do consumo, pese embora a ordem de grandeza dos valores indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma redução dos valores de consumo de gás, ostentando, contudo, duas destas, percentagens que indiciam uma incongruências no processo de reporte da informação;
- Três entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás sendo que, em dois casos, as entidades registam percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.2.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Consumo de Gás - 2ºT 2017	Consumo de Gás - 3ºT 2017	Consumo de Gás - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo								
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	0,00	415,05	8.002,20	0,00	0,00	18.145,38	4372%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	0,00	584.565,52	12.493,20	0,00	0,00	0,00	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	143.496,64	61.224,14	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 nenhuma das entidades reuniu condições para análise, fruto da omissão de reporte no 2.º T e 3.º T 2017.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, observa-se que esta evidenciou um aumento dos valores de consumo de gás, pese embora, a sua ordem de grandeza indicia incongruências no processo de reporte ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.2.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás - 2012	Consumo de Gás - 4ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Consumo de Gás - 2ºT 2017	Consumo de Gás - 3ºT 2017	Consumo de Gás - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve								
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	0,00	0,00	30,93	2,33	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	16.874,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e ao período homólogo de 2016, nenhuma das entidades reuniu condições para análise, fruto da omissão de reporte desta *utility* no 4.ºT 2017.

7.2.3. Consumo de Água

7.2.3.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Consumo de Água - 2ºT 2017	Consumo de Água - 3ºT 2017	Consumo de Água - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
I. Região de Saúde do Norte									
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	9.131,00	817,48	728,52	816,06	869,86	997,50	122%	37%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	11.639,00	1.127,33	992,06	1.640,00	2.053,78	1.226,49	109%	51%	●
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	11.484,00	1.309,85	2.544,24	1.199,46	1.211,24	1.250,05	95%	54%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	3.962,37	583,56	715,67	543,95	570,15	946,42	162%	70%	●
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	20.847,00	6.252,24	3.302,50	3.527,00	8.981,56	5.873,69	94%	104%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	5.596,00	763,72	1.454,84	2.283,14	1.138,96	986,33	129%	105%	●
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	4.064,00	2.635,19	739,64	2.696,53	119,22	1.262,26	48%	119%	●
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	0,00	5.912,00	2.579,99	3.253,36	5.270,01	5.256,00	89%	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	0,00	1.569,05	1.502,07	1.231,68	1.143,11	1.548,50	99%	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	0,00	1.433,21	1.196,33	465,31	2.172,72	2.117,69	148%	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	0,00	818,93	0,00	275,69	2.359,10	1.747,05	213%	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	6.838,65	1.517,81	0,00	46,40	1.042,31	4.765,94	314%	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	0,00	19,67	0,00	2.736,15	3.052,55	2.247,25	11422%	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	8.052,00	0,00	0,00	0,00	800,73	522,23	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	0,00	0,00	0,00	409,46	332,94	1.047,97	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.327,03	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	8.089,50	766,37	1.663,28	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	18.708,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	11.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	8.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	2.956,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro das entidades cumprem as metas de redução do consumo de água preconizadas no despacho, sendo que, uma destas evidencia um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de irregularidades no processo de reporte;
- Três das entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Cinco entidades registam uma redução do consumo de água, contudo, uma destas regista uma percentagem que indicia incongruências no processo de reporte da informação;
- Oito entidades evidenciam um aumento do consumo de água, contudo, em três destas, o seu valor, pela sua ordem de grandeza, sugere incongruências ou erros no processo de reporte da informação.

7.2.3.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Consumo de Água - 2ºT 2017	Consumo de Água - 3ºT 2017	Consumo de Água - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
II. Região de Saúde do Centro									
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	36.753,00	5.153,02	4.769,47	4.501,28	5.274,93	7.144,37	139%	59%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	24.087,40	5.402,89	4.340,74	5.197,87	6.135,09	6.816,10	126%	93%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	6.764,00	2.064,51	1.776,71	2.461,80	2.500,75	1.361,89	66%	120%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	2.376,00	3.119,12	2.310,99	2.536,13	2.241,68	2.984,83	96%	424%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	2.043,00	2.028,43	2.233,23	2.069,62	2.852,11	2.395,55	118%	467%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	0,00	1.725,72	617,00	581,56	1.124,37	550,31	32%	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	1.425,69	5.079,01	2.521,46	3.474,75	2.602,48	183%	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	10.787,00	1.457,89	1.441,92	2.214,68	0,00	2.755,11	189%	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidades cumpre as metas de redução do consumo de água preconizadas no despacho;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho apresentando, contudo, um valor de consumo de água inferior ao do ano de referência;
- Três das entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho sendo que, duas destas indicam uma incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma redução do consumo de água, contudo, uma destas regista uma percentagem que indicia uma incongruência no processo de reporte da informação;
- Cinco entidades evidenciam um aumento do consumo de água.

7.2.3.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Consumo de Água - 2º T 2017	Consumo de Água - 3º T 2017	Consumo de Água - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo								
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	0,00	2.816,49	2.755,96	2.368,32	2.134,33	1.883,41	67%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	4.158,81	3.834,82	4.826,26	5.009,10	3.131,02	75%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	0,00	3.677,52	3.431,68	3.452,84	4.154,55	2.988,66	81%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	1.677,38	1.254,48	1.804,46	1.791,65	1.450,11	86%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	843,15	506,48	730,51	875,84	749,71	89%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	2.720,07	2.812,43	3.035,27	2.559,69	2.460,63	90%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	0,00	1.371,86	1.270,48	949,74	1.366,67	1.291,80	94%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	0,00	2.120,72	1.670,59	1.823,48	2.142,79	2.012,07	95%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	2.674,59	2.888,93	2.988,64	3.510,28	2.566,10	96%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	0,00	2.066,17	1.936,81	1.500,89	0,00	2.004,99	97%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	0,00	2.852,50	2.761,01	2.818,92	2.971,12	2.784,00	98%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	0,00	991,90	870,76	812,02	1.617,45	1.091,81	110%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odivelas	0,00	2.703,63	3.372,94	2.647,68	4.134,77	3.068,64	114%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	2.267,31	2.138,68	1.963,12	2.808,91	2.619,42	116%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	2.258,34	2.195,05	2.818,05	4.223,60	2.897,36	128%	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Nenhuma das entidades reuniu condições para ser avaliada, quanto às metas definidas no despacho do SES.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se:

- Onze das entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de água;
- Quatro das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água.

7.2.3.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Consumo de Água - 2º T 2017	Consumo de Água - 3º T 2017	Consumo de Água - 4º T 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo								
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	5.822,70	1.170,15	1.162,54	403,44	2.040,59	1.951,28	167%	95% 
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	6.248,00	1.531,98	1.756,05	2.858,66	478,08	1.890,69	123%	112% 
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	8.646,00	0,00	2.985,81	2.964,21	3.032,08	2.780,45	--	136% 
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	11.944,00	838,14	22.133,78	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente às metas definidas pelo despacho do SES, constata-se o seguinte:

- Uma entidade não cumpre as metas de consumo de água estabelecidas no despacho apresentando, contudo, um valor de consumo de água inferior ao do ano de referência;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para as duas entidades que reuniram condições para análise, observa-se que ambas ostentam um aumento dos valores de consumo de água.

7.2.3.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Consumo de Água - 2ºT 2017	Consumo de Água - 3ºT 2017	Consumo de Água - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
V. Região de Saúde do Algarve									
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	10.572,00	1.197,44	1.289,78	1.383,60	1.649,06	1.116,25	93%	51%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	8.410,00	1.800,30	1.613,00	1.587,99	1.348,52	617,09	34%	61%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	29.750,00	9.108,94	8.406,33	7.709,92	13.748,95	1.622,41	18%	106%	●

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Duas entidades cumprem as metas de consumo de água preconizadas no despacho;
- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que todas as três entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de água evidenciando-se, contudo, em dois casos, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte.

7.2.4. Produção de Resíduos

Relativamente à monitorização da produção de resíduos, a comparação terá de ser feita com o ano de 2012, visto que, no ano de 2011, os dados da produção de resíduos não foram reportados, não sendo possível concluir se efetivamente as entidades estão a cumprir as metas do Despacho SES.

7.2.4.1. Região de Saúde do Norte

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte								
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	13,22	3,10	3,01	2,61	2,86	2,60	84%	84%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	10,17	2,87	2,19	2,34	2,05	1,90	66%	83%
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	6,93	1,68	1,64	1,74	1,68	1,74	104%	98%
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	5,66	1,45	1,43	1,50	1,38	1,45	100%	102%
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	4,55	1,40	1,44	1,34	1,33	1,50	108%	123%
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	19,08	3,93	23,33	3,81	3,65	2,66	68%	175%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	9,40	2,25	3,72	0,00	2,84	2,03	90%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	7.174,82	2,45	0,00	0,73	2,49	2,50	102%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	0,00	7,30	7,50	0,00	6,99	7,62	104%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	0,00	3,36	3,14	2,10	0,00	1,24	37%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	0,00	0,00	2,74	7,05	0,00	2,74	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	46.670,00	0,00	0,00	3,14	3,22	3,12	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	12.252,20	3,31	3,12	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	8.643,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	20,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	10,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	8,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	7,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Três entidades evidenciam uma diminuição da produção de resíduos;
- Três entidades registam um aumento de produção de resíduos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Cinco entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos contudo, uma destas apresenta um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte.

- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de produção de resíduos;
- Quatro entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos.

7.2.4.2. Região de Saúde do Centro

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro								
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	25.926.216,00	6,84	7,01	6,70	7,10	6,97	102%	0,0001%
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	73.054,71	3,41	3,78	4,09	4,28	4,33	127%	0,02%
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	18.263,48	1,25	3,54	3,46	3,69	3,17	253%	0,1%
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	18.570,52	5,44	6,76	7,65	7,42	7,91	146%	0,2%
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	4,82	1,64	1,71	1,59	1,50	1,56	96%	132%
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	11,07	3,25	3,50	3,85	3,96	3,84	118%	137%
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	0,00	4,62	4,60	4,76	5,15	4,36	94%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	11,48	2,20	2,22	0,00	0,00	2,84	129%	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos, evidenciando-se, contudo, nas quatro entidades, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos (0,0001%, 0,02%, 0,1% e 0,2%), podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Duas entidades registam um aumento dos valores de produção de resíduos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Duas entidades evidenciam uma diminuição dos valores de produção de resíduos;
- Seis entidades ostentam um aumento dos valores de produção de resíduos contudo, numa destas, o seu valor, pela sua ordem de grandeza, sugere incongruências ou erros no processo de reporte da informação.

7.2.4.3. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo								
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	0,00	4,75	0,00	0,00	4,05	2,82	59%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	6,06	0,00	0,85	16,42	4,34	72%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	8,15	0,00	0,00	18,38	6,63	81%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	3,85	0,00	0,60	9,96	3,85	100%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	0,00	4,30	0,00	4,72	4,98	4,85	113%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odívetas	0,00	1,75	0,00	0,00	0,00	4,34	248%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	0,00	1,62	0,00	0,00	1,75	6,06	375%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	0,00	0,00	0,02	15,11	5,73	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	7,62	1,62	0,00	0,00	2,15	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	1,23	0,00	0,28	1,64	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	0,00	2,83	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012, não é possível realizar qualquer análise devido a omissão de dados do ano de referência e no 1.º T de 2017.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, o mesmo valor de produção de resíduos;
- Três entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, contudo, em duas destas, os seus valores, pela sua ordem de grandeza, sugerem incongruências ou erros no processo de reporte da informação.

7.2.4.4. Região de Saúde do Alentejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo								
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	31,65	0,00	1,25	1,89	1,34	0,64	--	16%
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	0,00	16,59	1,69	0,21	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	73,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma diminuição da produção de resíduos que originou uma percentagem que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correta, podendo tal situação resultar de irregularidades no processo de reporte.

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições para análise devido à ausência de reporte nos dois períodos homólogos.

7.2.4.5. Região de Saúde do Algarve

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve								
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	27,00	4,69	3,26	2,42	2,98	3,12	66%	44%
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	57,90	8,31	9,01	0,00	2,76	8,27	99%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	81,00	12,45	13,38	0,00	12,89	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012, e para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma diminuição dos valores de produção de resíduos, indiciando, contudo, uma incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para as duas entidade que reuniram condições para análise, observa-se que ambas registaram uma diminuição dos valores de produção de resíduos.

7.3. Administração Central e Periférica

7.3.1. Consumo de Energia Elétrica

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 2ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 3ºT 2017	Consumo de Energia Elétrica - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%	
ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP	715.784,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.018,38	--	3%	● b/c
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	10.860.079,50	241.261,45	266.818,02	207.532,95	214.582,63	205.564,06	85%	8%	●
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	2.387.414,71	125.449,64	124.146,51	94.389,78	105.280,87	97.819,44	78%	18%	●
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	1.583.288,00	28.090,16	108.427,26	265.915,88	245.763,61	145.085,67	516%	48%	●
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	803.530,00	335.344,84	339.045,97	113.711,69	413.181,70	163.915,96	49%	128%	●
Direcção-Geral da Saúde	354.309,00	139.897,96	78.894,71	41.912,06	0,00	41.927,71	30%	--	a)
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	0,00	852.412,87	854.061,18	573.290,36	346.563,83	885.667,25	104%	--	a)
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	564.117,26	45.295,16	187.127,41	534.836,15	586.274,46	104%	--	a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	2.875.399,40	554.736,27	0,00	0,00	0,00	637.275,72	115%	--	a)
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	17.703,53	36.182,34	25.309,41	17.467,13	23.201,80	131%	--	a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	22.149,89	213.487,88	177.098,38	155.434,09	166.918,71	754%	--	a)
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	1.895.053,46	291.590,23	461.265,67	0,00	762.025,61	0,00	--	--	a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	75.542,47	82.758,20	72.175,43	--	--	a)
Inspecção-Geral das Actividades em Saúde	92.715,00	0,00	0,00	0,00	17.502,26	16.442,87	--	--	a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	128.795,93	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização

b) A ADSE, entidade recém-integrada na esfera do M.S., apenas concluiu o processo de integração no Programa PEBC & Eco.AP no último trimestre de 2017. Deste modo, apesar de apenas ter reportado informação no 4.º T de 2017, considera-se válida para aferição dos seus consumos de *utilities* e produção de resíduos, face ao referencial de 2011.

c) Segundo o ponto n.º 3 do Despacho SES n.º 4128/2017, as metas para a ADSE diferem das restantes entidade devido à sua entrada recente no Programa PEBC & Eco.AP.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, evidenciando-se, contudo, todos os casos, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte. No que concerne à ACSS, a causa da diminuição do consumo de energia elétrica prende-se com a redução do número de edifícios ao dispor da entidade e do próprio número de colaboradores, que levou à consequente quebra de consumo de energia elétrica;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho, registando um aumento dos valores de energia.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução dos valores de consumo de energia elétrica sendo que, duas destas, evidenciam valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;

- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica, contudo, duas destas registam percentagens que indiciam possíveis incongruências no processo de reporte da informação.

7.3.2. Consumo de Gás

Monitorização dos Consumos de Gás - ADM do SNS	Consumo de Gás - 2011	Consumo de Gás - 4ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Consumo de Gás - 2ºT 2017	Consumo de Gás - 3ºT 2017	Consumo de Gás - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%	
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	31.639,00	0,00	3.301,63	4.246,24	6.114,55	5.801,65	--	62%	●
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	0,00	298.208,23	435.839,69	10.348,10	110.502,33	16.716,24	6%	--	a)
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	0,00	4.753,65	67.617,96	10.399,44	605,40	928,68	20%	--	a)
Direcção-Geral da Saúde	3.049,00	1.193,48	0,00	981,00	1.387,47	1.962,10	164%	--	a)
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	5,25	2.167,84	221,20	0,00	855,00	16286%	--	a)
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	660.389,00	490.363,90	706.608,94	0,00	372.570,96	0,00	--	--	a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	15.397,20	4.441,50	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Inspecção-Geral das Actividades em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a) b)c)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização

b) A ADSE, entidade recém-integrada na esfera do M.S., apenas concluiu o processo de integração no Programa PEBC & Eco.AP no último trimestre de 2017. Deste modo, apesar de apenas ter reportado informação no 4.º T de 2017, considera-se válida para aferição dos seus consumos de *utilities* e produção de resíduos, face ao referencial de 2011.

c) Segundo o ponto n.º 3 do Despacho SES n.º 4128/2017, as metas para a ADSE diferem das restantes entidade devido à sua entrada recente no Programa PEBC & Eco.AP.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta cumpre as metas preconizadas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Duas entidades registam uma redução dos valores de consumos de gás, contudo ambas ostentam valores que, dada a sua ordem de grandeza, indiciam alguma irregularidade no processo de reporte;
- Duas entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás evidenciando, contudo, uma destas, uma percentagem que indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação.

7.3.3. Consumo de Água

Monitorização dos Consumos de Água - ADM do SNS	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 4ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Consumo de Água - 2ºT 2017	Consumo de Água - 3ºT 2017	Consumo de Água - 4ºT 2017	Evolução consumo 4º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	54.863,59	1.244,14	1.224,22	1.088,19	986,58	1.141,76	92%	8%	●
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	26.754,00	5.617,01	5.235,45	4.200,79	1.653,87	1.486,94	26%	47%	●
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	5.493,00	486,04	1.001,75	1.089,33	1.194,50	687,43	141%	72%	●
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	4.101,01	822,09	632,20	796,00	842,62	825,38	100%	75%	●
ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP	2.524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543,94	--	86%	●
Direcção-Geral da Saúde	1.174,00	336,55	327,65	449,05	418,00	434,29	129%	139%	●
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	1.759,00	2.133,02	69.339,31	350,67	3.648,74	444,80	21%	4195%	●
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	531,09	1.128,67	632,42	654,04	170,38	32%	--	a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	1.975,85	1.342,24	1.570,59	1.234,08	1.063,01	54%	--	a)
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	164,22	85,75	155,59	116,18	164,46	100%	--	a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	21.692,00	912,00	0,00	0,00	0,00	3.106,30	341%	--	a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	620,76	84,45	147,20	--	--	a)
Inspecção-Geral das Actividades em Saúde	1.363,00	0,00	0,00	0,00	298,91	98,67	--	--	a)
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	9.183,00	645,31	955,01	0,00	1.076,94	0,00	--	--	a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização

b) A ADSE, entidade recém-integrada na esfera do M.S., apenas concluiu o processo de integração no Programa PEBC & Eco.AP no último trimestre de 2017. Deste modo, apesar de apenas ter reportado informação no 4.º T de 2017, considera-se válida para aferição dos seus consumos de *utilities* e produção de resíduos, face ao referencial de 2011.

c) Segundo o ponto n.º 3 do Despacho SES n.º 4128/2017, as metas para a ADSE diferem das restantes entidade devido à sua entrada recente no Programa PEBC & Eco.AP.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, sendo que, duas destas evidenciam valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de irregularidades no processo de reporte;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho, contudo, numa destas, a sua ordem de grandeza (4195%) indicia uma incongruência no processo de reporte da informação ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Cinco entidades registam uma redução dos valores de consumo de água ostentando contudo, em três destas, percentagens que, dada a sua ordem de grandeza, indiciam alguma irregularidade no processo de reporte;
- Duas entidades mantiveram, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de água;
- Três entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água evidenciando, contudo, uma destas, uma percentagem que indicia incongruências no processo de reporte da informação.

7.3.4. Produção de Resíduos

Monitorização da Produção de Resíduos - ADM do SNS	Produção de Resíduos - 2011	Produção Resíduos - 4ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Produção Resíduos - 2ºT 2017	Produção Resíduos - 3ºT 2017	Produção Resíduos - 4ºT 2017	Evolução produção 4º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2011
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	0,00	3,87	0,00	2,88	1,29	1,89	49%	-- a)
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	140.432,90	20,60	4,71	0,00	23,36	0,00	--	-- a)
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	0,00	0,00	8,42	0,01	0,00	0,00	--	-- a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	4,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Inspeção-Geral das Actividades em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Direcção-Geral da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	--	-- a) b)c)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização

b) A ADSE, entidade recém-integrada na esfera do M.S., apenas concluiu o processo de integração no Programa PEBC & Eco.AP no último trimestre de 2017. Deste modo, apesar de apenas ter reportado informação no 4.º T de 2017, considera-se válida para aferição dos seus consumos de *utilities* e produção de resíduos, face ao referencial de 2011.

c) Segundo o ponto n.º 3 do Despacho SES n.º 4128/2017, as metas para a ADSE diferem das restantes entidade devido à sua entrada recente no Programa PEBC & Eco.AP.

Relativamente ao referencial de 2011 nenhuma entidade reuniu condições para análise.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, observa-se que esta regista uma redução dos valores de consumo de água ostentando, contudo, uma percentagem que, dada a sua ordem de grandeza, indicia alguma irregularidade no processo de reporte.

Reitera-se que a responsabilidade funcional pelo preenchimento e validação de toda a informação numérica é, à luz do Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, do GLEC da entidade em análise.

8. Aferimento do Cumprimento de Metas

Pelos motivos já explanados neste relatório, os únicos dados de consumos e custos passíveis de serem alvo de monitorização, relativamente a 2011, ao nível das unidades hospitalares e agrupamentos de centros de saúde, são a energia elétrica e a água.

Na sequência do exposto no capítulo 5, subsistem ainda algumas dificuldades no processo de reporte de informação. Para verificação detalhada das entidades em falta neste 4.º T de 2017, solicita-se a leitura dos quadros apresentados no capítulo 7 deste documento. Em termos globais, apontam-se as seguintes **entidades em falta**:

Região de Saúde do Norte:

Duas unidades hospitalares:

- Centro Hospitalar de São João, EPE;
- Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE.

Oito agrupamentos de centros de saúde:

- Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso;
- Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I – Braga;
- Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul;
- Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca;
- Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa;
- Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo;
- Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental;
- Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul.

Região de Saúde do Centro:

Uma unidade hospitalar:

- Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE.

Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo:

Quatro unidades hospitalares:

- Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE;
- Centro Hospitalar de Setúbal, EPE.

Região de Saúde do Alentejo:

Duas unidades hospitalares:

- Hospital Espírito Santo, EPE;
- Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE.

Um agrupamento de centros de saúde:

- ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE

Região de Saúde do Algarve:

Uma unidade hospitalar:

- Centro Hospitalar do Algarve, EPE.

Entidades da Administração Central e Periférica:

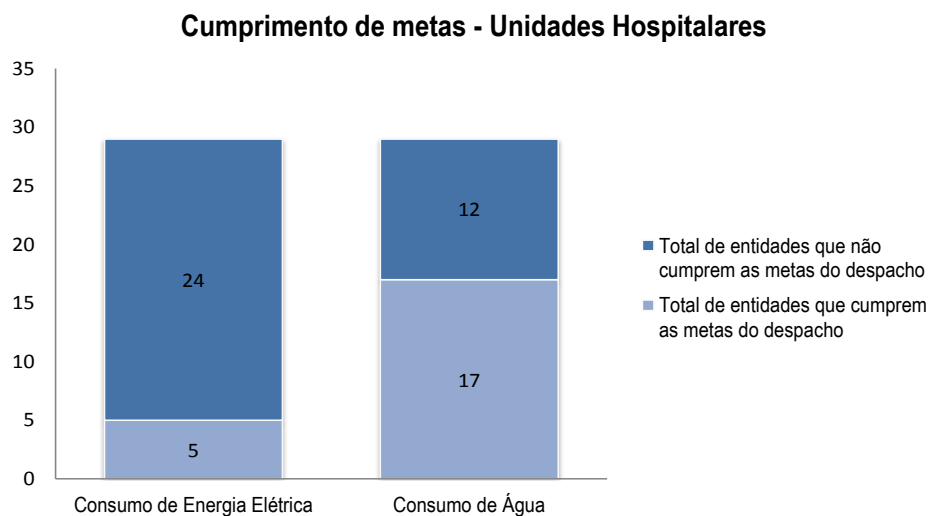
- ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.;
- ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.;
- IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.

Tendo em conta o exposto, reitera-se que os resultados apresentados não incluem todas as entidades do MS.

8.1. Aferição do cumprimento das metas de consumo

Como este relatório contempla os quatro trimestres do ano, consideram-se vinculativos, quanto ao cumprimento das metas preconizadas no despacho SES, os valores referentes à evolução dos consumos de *utilities* e produção de resíduos.

8.1.1. Unidades Hospitalares



Relativamente às unidades hospitalares que reuniram condições para serem analisadas e, no que respeita ao consumo de energia elétrica, 17% cumpriram as metas do Despacho SES e 48% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma.

No que respeita ao consumo de água, e para o mesmo domínio de análise da energia elétrica, 59% das entidades hospitalares cumpriram as metas do Despacho SES e 24% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma.

A tabela seguinte traduz a realidade de Portugal Continental, em termos de convergência com as metas de eficiência energética (energia elétrica) definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das unidades hospitalares:

Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo 2011 de E.Elétrica (kWh/ano)	Custos 2011 em E.Elétrica (€/ano)	Consumo 2017 estimado de E.Elétrica (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em E.Elétrica (€/ano)	Evolução dos custos	Evolução dos consumos	
I. Região de Saúde do Norte	70.520.240,34	7.788.276,32	71.355.183,00	10.283.279,23	132%	101%	●
II. Região de Saúde do Centro	38.797.739,38	4.070.400,32	46.077.477,18	5.866.707,41	144%	119%	● a)
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	90.769.156,20	10.194.486,34	88.176.753,04	11.101.500,48	109%	97%	● a)
IV. Região de Saúde do Alentejo	8.177.895,00	857.661,73	5.855.465,39	859.821,27	100%	72%	●
V. Região de Saúde do Algarve	890.716,00	95.057,13	744.110,00	96.495,53	102%	84%	●
Total Nacional	209.155.746,92	23.005.881,84	212.208.988,60	28.207.803,92	123%	101%	●

a) Devido à incorporação do Hospital de Alcobaça no CH Leiria, não nos foi possível obter o valor dos custos no ano de referência de 2011, para o CH Leiria e o CH Oeste, não tendo sido estas entidades contabilizadas na análise.

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 4.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

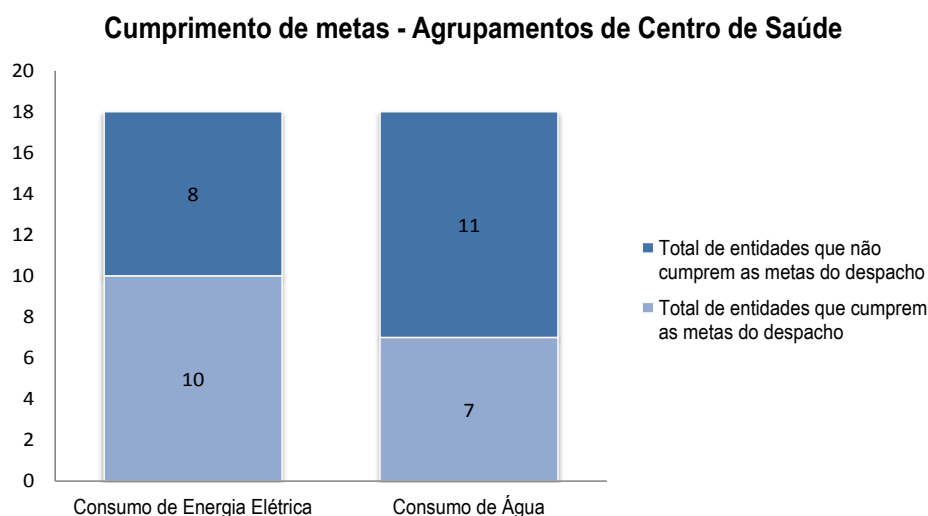
No que respeita à convergência com as metas de eficiência hídrica definidas pelo Despacho SES, para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das unidades hospitalares, regista-se o seguinte cenário:

Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Água	Consumo 2011 de Água (m³/ano)	Custos 2011 em Água (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Água (m³/ano)	Custo 2017 estimado em Água (€/ano)	Evolução dos custos	Evolução dos consumos	
I. Região de Saúde do Norte	849.305,53	2.874.089,83	756.444,97	2.761.247,82	96%	89%	●
II. Região de Saúde do Centro	562.513,15	1.980.209,28	827.897,42	2.808.112,73	142%	147%	● a)
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	1.524.860,00	3.800.827,54	1.207.352,85	5.015.868,49	132%	79%	● a)
IV. Região de Saúde do Alentejo	85.287,00	187.223,07	65.361,51	260.584,90	139%	77%	●
V. Região de Saúde do Algarve	10.050,00	31.512,49	8.060,59	23.677,30	75%	80%	●
Total Nacional	3.032.015,68	8.873.862,21	2.865.117,35	10.869.491,24	122%	94%	●

a) Devido à incorporação do Hospital de Alcobaça no CH Leiria, não nos foi possível obter o valor dos custos do ano de referência de 2011, para o CH Leiria e o CH Oeste, não tendo sido estas entidades contabilizadas.

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 4.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

8.1.2. Agrupamentos de Centros de Saúde



No que concerne aos agrupamentos de centros de saúde que reuniram condições para serem analisados e, no que respeita ao consumo de energia elétrica, 56% cumpriram as metas do Despacho SES e 28% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma.

No que respeita ao consumo de água e para o mesmo domínio de análise da energia elétrica, 39% dos agrupamentos de centros de saúde cumpriram as metas do Despacho SES e 11% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma.

A tabela seguinte traduz a realidade de Portugal Continental, em termos de convergência com as metas de eficiência energética (energia elétrica) definidas pelo Despacho SES para o corrente ano, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio dos ACES:

Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo 2011 de E.Elétrica (kWh/ano)	Custos 2011 em E.Elétrica (€/ano)	Consumo 2017 estimado de E.Elétrica (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em E.Elétrica (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
I. Região de Saúde do Norte	11.000.808,34	1.489.731,88	6.410.777,61	1.241.338,10	83%	58% ●
II. Região de Saúde do Centro	11.512.907,14	731.443,90	11.478.421,03	1.729.515,94	236%	100% ●
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo						
IV. Região de Saúde do Alentejo	3.234.637,80	376.025,35	3.333.916,15	629.117,85	167%	103% ●
V. Região de Saúde do Algarve	4.138.726,00	574.187,79	2.501.389,74	2.686.432,74	468%	60% ●
Total Nacional	29.887.079,28	3.171.388,92	23.724.504,53	6.286.404,63	198%	79% ●

a) ACES da ULS Norte Alentejano não contabilizado na evolução dos custos devido à inexistência de valores associados aos custos para o ano de referência de 2011.

NOTA: Valores relacionados com a ARS LVT não são contabilizados na análise gráfica, dado não terem sido enviados para análise os consumos do ano de referência 2011. Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 4.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

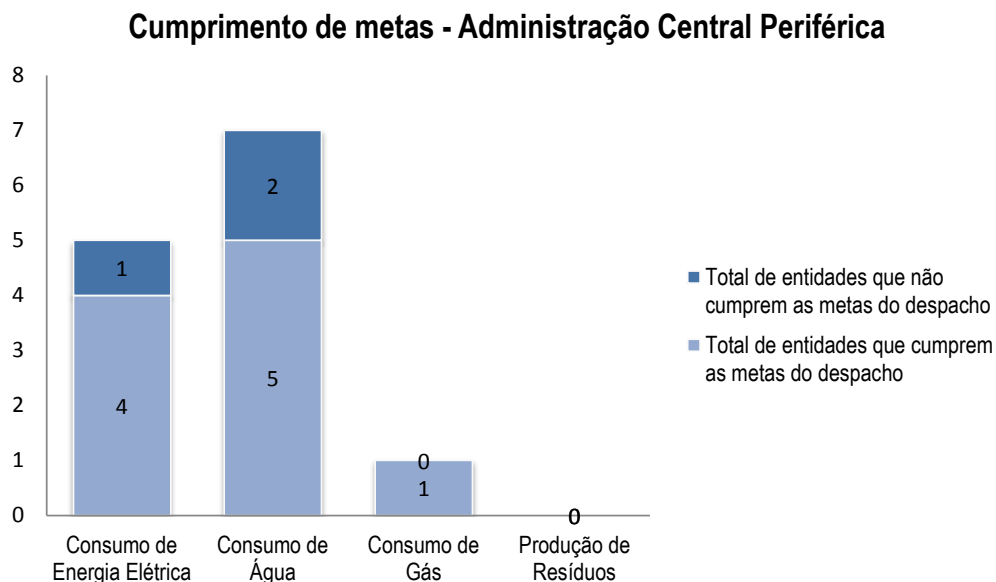
No que respeita à convergência com as metas de eficiência hídrica definidas pelo Despacho SES para o corrente ano, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio dos ACES, regista-se o seguinte cenário:

Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Água	Consumo 2011 de Água (m3/ano)	Custo 2011 com Água (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Água (m3/ano)	Custo 2017 estimado com Água (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos	
I. Região de Saúde do Norte	66.723,37	197.847,38	50.671,11	178.415,37	90%	76%	●
II. Região de Saúde do Centro	72.023,40	191.664,07	71.905,13	284.788,35	149%	100%	●
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo							
IV. Região de Saúde do Alentejo	14.468,70	16.195,29	17.320,39	52.754,30	326%	120%	● a)
V. Região de Saúde do Algarve	48.732,00	149.500,44	42.092,90	154.558,97	103%	86%	●
Total Nacional	201.947,47	555.207,18	181.989,53	670.516,99	121%	90%	●

a) O ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EP não foi contabilizado na análise dado não termos informação relativa aos custos do ano de referência 2011

NOTA: Valores relacionados com a ARS LVT não são contabilizados na análise gráfica, dado não terem sido enviados para análise os consumos do ano de referência 2011. Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 4.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

8.1.3. Administração Central e Periférica



No domínio das entidades da administração central e periférica que reuniram as condições para serem analisadas e, no que respeita ao consumo de energia elétrica, 80% cumpriram as metas do Despacho SES.

No que respeita ao consumo de água, e para o mesmo domínio de análise da energia elétrica, 71% das entidades do ACP cumpriram as metas do Despacho SES.

No que concerne ao consumo de gás e para o mesmo domínio da análise às duas anteriores *utilities*, a única entidade passível de análise cumpriu as metas do Despacho SES.

Por último, nenhuma entidade reuniu condições para análise no que se refere à produção de resíduos.

A tabela seguinte traduz a realidade de Portugal Continental, em termos de convergência com as metas de eficiência energética (energia elétrica) definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das entidades da Administração Central e Periférica do Ministério da Saúde:

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo 2011 de E.Elétrica (kWh/ano)	Custos 2011 em E.Elétrica (€/ano)	Consumo 2017 estimado de E.Elétrica (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em E.Elétrica (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
Total Nacional	16.350.096,21	743.802,28	3.131.255,53	534.590,79	72%	19% 

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 4.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

No que respeita à convergência com as metas de eficiência hídrica definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das entidades da Administração Central e Periférica do Ministério da Saúde, verifica-se o seguinte cenário:

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Água	Consumo 2011 de Água (m³/ano)	Custo 2011 com Água (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Água (m³/ano)	Custo 2017 estimado de Água (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
Total Nacional	96.668,60	165.022,07	101.675,28	161.550,18	98%	105% 

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram em todos os trimestres de 2017 e no ano de referência 2011.

No que concerne à convergência com as metas de eficiência energética (gás) definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das entidades da Administração Central e Periférica do Ministério da Saúde, verifica-se o seguinte cenário:

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Gás	Consumo 2011 de Gás (kWh/ano)	Custos 2011 em Gás (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Gás (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em Gás (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
Total Nacional	31.639,00	2.181,00	19.464,07	1.633,27	75%	62% 

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram em todos os trimestres de 2017 e no ano de referência 2011.

No que respeita à convergência com as metas de redução da produção de resíduos definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, nenhuma entidade reuniu condições para análise, pelo que não é possível obter um cenário de convergência relativamente às metas preconizadas pelo Despacho SES, nesta tipologia de entidades.

8.2. Análise do Comportamento da Evolução das Grandezas Físicas vs Respetivos Custos

Analizadas as tabelas que mimetizam os valores de Portugal Continental, explanadas no ponto anterior, existe uma aparente incongruência entre a evolução do consumo de energia elétrica (kWh) e o respetivo custo associado, i.e. a diminuição do consumo associado é acompanhado de um aumento no respetivo custo da eletricidade.

A implementação e consequente vigência do PEBC & Eco.AP, entre 2011 e 2015, coincidiu com a fase de liberalização do setor de comercialização de energia elétrica, faseada de acordo com a diferenciação ao nível de tensão elétrica de alimentação (Baixa Tensão [BT-N e BT-E], Média Tensão [MT], Alta Tensão [AT] e Muito Alta Tensão [MAT]), e que ocorreu entre estas datas, com uma diferenciação progressiva do tarifário entre o mercado regulado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e o mercado de energia elétrica não regulado, de acordo com os níveis de tensão acima referenciados.

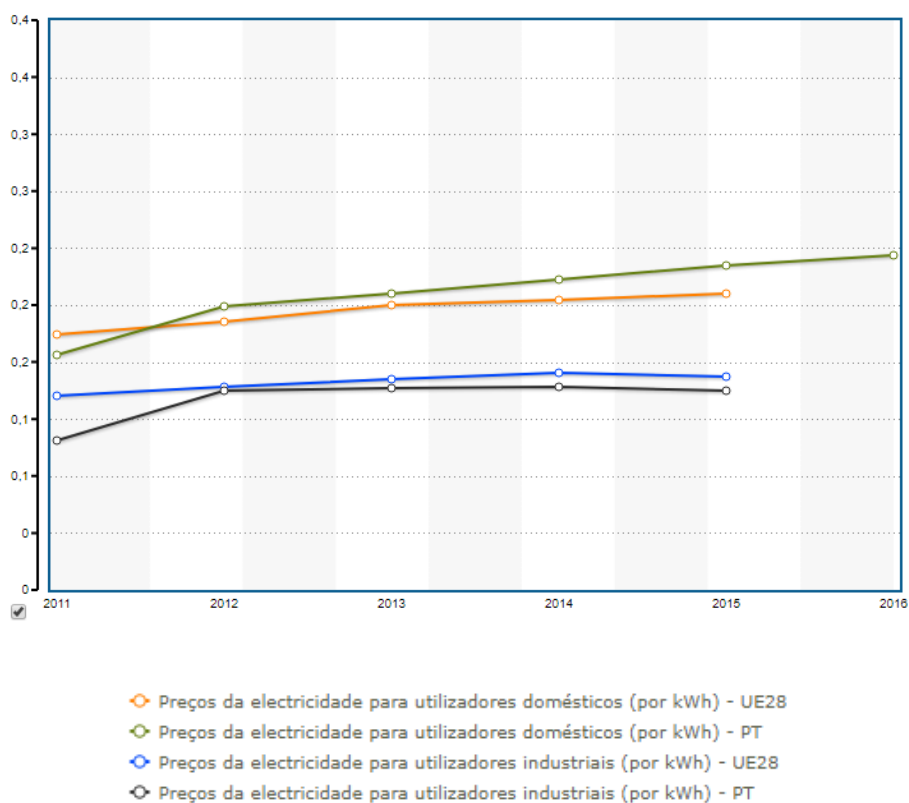
A somar a este cenário, gerador, *per si*, de alguma variação, o aumento registado ao nível do preço da energia elétrica (a título meramente indicativo, atente-se ao gráfico apresentado neste ponto, incidente nos domínios residencial e industrial, numa ótica de perceção da evolução do preço da energia elétrica neste contexto, com a pertinente extrapolação para o sector dos serviços), veio desencadear, entre 2011 e 2012, um acréscimo substancial no custo final do kWh, com a tendência nos anos seguintes a pautar-se igualmente pela manutenção de um comportamento inflacionado, ainda que com uma evolução menos acentuada. Pese embora essa tendência ter sido parcialmente atenuada, a partir de 2013, com a compra centralizada de energia elétrica, por parte do Ministério da Saúde, os efeitos desse aumento não puderam ser mitigados na plenitude.

Como mero aparte, o tarifário é elaborado com base na atividade, nos termos fixos relacionados com a utilização da rede de transporte e de distribuição de energia elétrica (sectores que, pela sua natureza técnica, são regulados), pelo nível de potência elétrica, de acordo com um algoritmo dependente do horário e período de consumo associado, e obviamente dependendo do termo de energia consumido.

Some-se o cenário de incerteza internacional no custo do gás natural e do carvão, que contribuem, como fontes de energia primária, para uma elevada percentagem da energia elétrica que é consumida em Portugal Continental (custo balanceado com a produção em grandes centrais hidroelétricas e produção eólica, essencialmente), e constata-se que o preço final da energia elétrica depende de um conjunto de fatores, em grande parte fora do controlo de políticas energéticas nacionais que visem diretamente a redução do preço da energia elétrica, e que podem

contrariar, em maior ou menor grau, o comportamento favorável da redução do consumo de energia elétrica por parte de algumas das entidades do Ministério da Saúde, como ilustrado neste RMT, em termos do que seria expetável, com os custos a diminuírem na mesma razão, proporcionalmente.

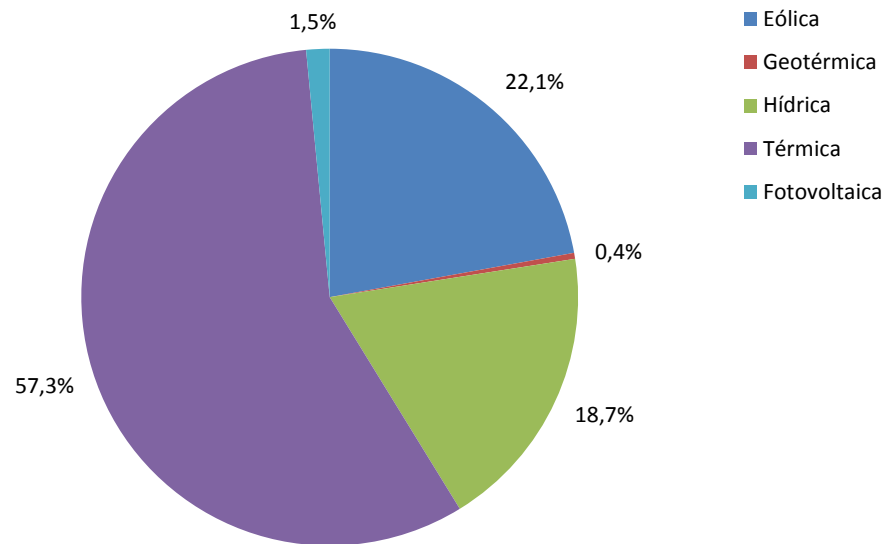
Preços da eletricidade para utilizadores domésticos e industriais (Euro/ECU)



Fontes de Dados: Eurostat | Institutos Nacionais de Estatística | Ministérios |
Agências de Energia | Companhias de Electricidade (em caso de monopólios)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2016-09-16

Produção de Eletricidade por Fonte de Energia Primária [%] - 2015

Fontes de Dados: DGEG/MEc

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2017-01-09

9. Conclusões

Com base no anteriormente exposto, retiram-se as seguintes conclusões:

Em termos de entidades de **agrupamentos de centros de saúde** e, no que concerne aos dados de consumos de energia elétrica, gás, água e produção de resíduos, 83% enviaram elementos neste trimestre, registando assim, um aumento de 5% da taxa de reporte face ao 3.º T de 2017. As entidades onde a omissão de reporte de informação é mais notada, são as pertencentes ao domínio geográfico e funcional da ARS Norte e da ARS Alentejo. É possível concluir que, no que respeita aos consumos de energia elétrica e de água, e reforçando o já mencionado no ponto 8.1, 56% das entidades analisadas estão a cumprir as metas do Despacho SES em termos de consumo de energia elétrica, e 39% das entidades cumprem, igualmente, no que respeita ao consumo de água. No que se refere aos dados de implementação de medidas, somente 20% reportou informação no 4.º T de 2017. Dado o baixo índice de reporte, pode concluir-se que a grande maioria destas entidades continua a não demonstrar empenho no reporte de medidas de eficiência energética, hídrica e da produção de resíduos das instituições sob sua responsabilidade, ou então, de momento, não tem a possibilidade de implementar mais medidas.

No que respeita às **entidades hospitalares** e, relativamente aos dados de consumos de energia elétrica, gás, água e produção de resíduos, 84% enviaram elementos neste trimestre, o que constitui um incremento de 4% perante a situação de reporte do 3.º T de 2017. É possível concluir que, no que concerne aos consumos de energia elétrica e de água, e reforçando o já mencionado no ponto 8.1, 17% das entidades analisadas estão a cumprir as metas do Despacho SES em termos de consumo de energia elétrica, e 59% das entidades cumprem, igualmente, no que respeita ao consumo de água. Do conjunto das entidades que não estão a cumprir as metas, verifica-se que 48% conseguiu reduzir, em 2017, os consumos de energia elétrica comparativamente com os consumos em 2011, e 24% conseguiu reduzir o consumo de água face a 2011. Relativamente à informação sobre implementação de medidas, no 4.º T de 2017, 24% das entidades hospitalares procederam ao respetivo reporte, mantendo, assim, o mesmo valor face ao trimestre transato.

No que toca às entidades da **Administração Central e Periférica do MS** e, no contexto dos dados de consumos de energia elétrica, gás, água e produção de resíduos, 81% enviaram elementos neste trimestre, que se traduz num aumento de 1% face à taxa de reporte do 3.º T de 2017. É possível concluir que, no que respeita aos consumos de energia elétrica e de água, e reforçando o já mencionado no ponto 8.1, 80% das entidades analisadas estão a cumprir as metas do Despacho SES em termos de consumo de energia elétrica, 71% das entidades cumprem, igualmente, no que respeita ao consumo de água e a única entidade que reuniu condições para análise no que concerne ao consumo de gás também cumpre as metas preconizadas. Por último, nenhuma entidade cumpriu

os requisitos para análise em termos de produção de resíduos. No contexto das medidas implementadas no 4.º T de 2017, 7% das entidades da Administração Central e Periférica do MS procedeu ao respetivo reporte.

A aferição do progresso relativamente às metas europeias “20-20-20” (definidas a partir do *baseline* 2007 por aplicação do PRIMES da Comissão Europeia), concretizadas para a Administração Pública através do Programa Eco.AP, depende de um reporte de variáveis de consumo/produção fidedignas, reportadas *on due time* e englobando, idealmente, a totalidade das entidades a monitorizar. Só assim se poderá chegar a resultados fiáveis e conclusivos. A atividade da equipa de acompanhamento do PEBC & Eco.AP ao nível do MS, na ACSS, tem-se deparado com os seguintes obstáculos ao correto processo de monitorização e controlo destes Programas:

- Pelos motivos já explanados neste relatório, os únicos dados de consumos e custos passíveis de serem alvo de monitorização, relativamente a 2011, ao nível das unidades hospitalares e agrupamentos de centro de saúde, são a energia elétrica e a água;
- Apesar de se ter aumentado os prazos de reporte de informação para as entidades do MS, com a publicação do Despacho SES n.º 8264/2014, de 25 de junho, ainda existe um número assinalável de casos de não cumprimento dos mesmos. As entidades em falta encontram-se indicadas no capítulo 8;
- Existem dados que ostentam uma variação, relativamente ao ano de referência, que indicia uma incongruência no reporte da informação. Apesar de a ACSS ter já acesso, via entidades e respetivas regiões de saúde, às causas de algumas dessas discrepâncias, a maior parte ainda se desconhece a sua causa, podendo estas estar relacionadas com erros no processo de reporte ou, até, com uma mudança no paradigma de consumo de *utilities* e produção de resíduos;

“A equipa do PEBC & Eco.AP da ACSS, I.P.”

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, IP
Parque de Saúde de Lisboa | Edifício 16, Avenida do Brasil, 53
1700-063 LISBOA | Portugal
Tel Geral (+) 351 21 792 58 00 Fax (+) 351 21 792 58 48



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SAÚDE

WWW.ACSS.MIN-SAÚDE.PT